

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

**“Júlio de Mesquita Filho”**

**Câmpus Experimental de Ourinhos**

Robson Azevedo dos Santos

**Neoliberalismo no Brasil: um debate sobre as políticas dos  
governos federais petistas de 2003 a 2015**

**Ourinhos – SP**

**2020**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

**“Júlio de Mesquita Filho”**

**Câmpus Experimental de Ourinhos**

Robson Azevedo dos Santos

**Neoliberalismo no Brasil: um debate sobre as políticas dos  
governos federais petistas de 2003 a 2015**

*Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à banca examinadora  
para obtenção do título de Bacharel  
em Geografia pela Unesp – Campus  
Experimental de Ourinhos.*

**Orientador:** Profº Drº Paulo Fernando Cirino Mourão

**Ourinhos – SP**

**2020**

|       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| S237n | <p>Santos, Robson Azevedo dos</p> <p>Neoliberalismo no Brasil : um debate sobre as políticas dos governos federais petistas de 2003 a 2015 / Robson Azevedo dos Santos. -- Ourinhos, 2020</p> <p>70 f.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Câmpus Experimental de Ourinhos, Ourinhos</p> <p>Orientador: Paulo Fernando Cirino Mourão</p> <p>1. Geografia. 2. Neoliberalismo. 3. Impeachment. I. Título.</p> |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Câmpus Experimental de Ourinhos. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**Banca examinadora**

Prof. Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão (Orientador)

---

Prof. Dr. Clerisnaldo Rodrigues de Carvalho

---

Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

---

Ourinhos, 13 de agosto de 2020

## Agradecimentos

Meus agradecimentos vão ser primeiramente a minha família, que acreditou e embarcou comigo nesse sonho de me tornar professor e geógrafo, sempre estando presentes na minha vida mesmo à distância. Dando os mais variados tipos de apoios e conforto. É meu porto seguro, minha base, minha raiz. Seu João, Dona Maria, Vera e Solange, vocês são tudo na minha vida.

Gostaria de agradecer aos meus amigos de longa data (desde o colegial) que mesmo distantes, também foram muito presentes na minha vida e que me ajudaram a não baixar a bola em momentos de maior tormenta.

Agradeço a todo o corpo técnico administrativo, pessoal da biblioteca, da limpeza, e todos os demais setores do Câmpus Unesp-Ourinhos que sempre que lhes solicitei agiram com muito respeito, cuidado e responsabilidade.

Agradeço também a todos os professores do câmpus que me ajudaram na minha formação enquanto ser pensante e profissional da área de geografia, em especial ao professor Paulo que me orientou nesse trabalho de conclusão de curso e também a professora Marcia, Carla e Amir que também foram de suma importância para mim enquanto orientadores do projeto PIBID do qual participei e tenho profundo carinho e respeito pelo programa que me ajudou a ter a mínima noção de como se portar em sala de aula.

E por fim a todas as amigadas que fiz no Câmpus e fora dele que me ajudaram a alterar minhas perspectivas, diminuir o provincianismo inerente ao ser humano e que colaboraram comigo de alguma forma na minha formação enquanto indivíduo, na criação de vínculos afetivos dos quais muitos quero levar para o resto da vida.

## Resumo

Este trabalho tem como intuito discutir a relação entre o Estado brasileiro e os agentes dos setores financeiro e produtivo, tanto nacional quanto internacionalmente. A partir de uma análise sobre a consolidação do neoliberalismo nas instituições burocráticas nacionais e também na sociedade como um todo. O foco principal são os 13 anos de governo petista (2003-2016) e sua relação com políticas neoliberais, considerando que o Partido dos Trabalhadores (PT) nasceu no berço de ideologias de esquerda, historicamente opostas ao neoliberalismo. Por fim, uma análise das motivações do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016.

PT, neoliberalismo, impeachment, governos petistas.

## ABSTRACT

This research aims to discuss the relationship between the Brazilian State and the agents of the financial and productive sectors, both nationally and internationally. From an analysis of the consolidation of neoliberalism in bureaucratic institutions and also in society as a whole. The main focus is the 13 years of PT government (2003-2016) and its relationship with neoliberal policies, considering that the Workers Party (PT) has emerged from left-wing ideologies, historically opposed to neoliberalism. Finally, an analysis of the reasons for the impeachment process of President Dilma Rousseff in 2016.

PT, neoliberalism, impeachment, PT governments

## Sumário

|                                                                                                                                |                                          |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|
| <b>1. Introdução.....</b>                                                                                                      | <b>8</b>                                 |
| <b>2. Objetivos .....</b>                                                                                                      | <b>11</b>                                |
| <b>3.Um breve histórico sobre o neoliberalismo e suas raízes.....</b>                                                          | <b>12</b>                                |
| 3.1. Raízes do neoliberalismo no Brasil.....                                                                                   | 17                                       |
| <b>4. A natureza do rentismo.....</b>                                                                                          | <b>22</b>                                |
| <b>5. Neoliberalismo e petismo: rompimento do governo com as práticas<br/>ortodoxas ou seguimentos nas ideias de FHC?.....</b> | <b>34</b>                                |
| <b>6. O impeachment de Dilma Rousseff e a interferência do neoliberalismo no<br/>seu processo de queda.....</b>                | <b>45</b>                                |
| 6.1. As classes dirigentes e suas relações com o Estado .....                                                                  | <b>Erro! Indicador não<br/>definido.</b> |
| 6.2. O comportamento das frações de classe diante da crise política .....                                                      | <b>Erro!<br/>Indicador não definido.</b> |
| <b>7.Considerações finais.....</b>                                                                                             | <b>71</b>                                |
| <b>8.Referências bibliográficas.....</b>                                                                                       | <b>72</b>                                |

## 1. Introdução

O Estado, como instituição que deveria atender as demandas da sociedade de acordo com as necessidades de cada indivíduo, não parece guardar uma relação de equidistância entre o seu aparato burocrático e o neoliberalismo assim como guarda entre essa instituição e seu povo. Embora isso tenha recorrência em diversas nações, vamos nos reportar ao caso brasileiro e a sua relação com as classes dirigentes composta basicamente pelo setor rentista e produtivista, e o rentismo internacional por intermédio de políticas neoliberais. Fazendo um recorte de análise da história recente do país, que permeia mais precisamente desde a década de 80, até os dias atuais, vamos analisar o curso das políticas que foram adotadas desde a redemocratização do Brasil, porém dando ênfase aos 13 anos de governo petista até a queda da presidente Dilma Rousseff no ano de 2016 e tentar entender o que ocorreu durante todo esse processo e quais os motivos levaram a queda da presidente.

Muito embora não houvesse ruptura total com o pensamento neoliberal de governos anteriores, os 13 anos de governo do PT se utilizou de algumas políticas neodesenvolvimentistas, como assim fora chamada, mais precisamente no primeiro mandato do governo Dilma, que destoava em muitos aspectos do governo Lula. Enquanto o foco do governo Lula foi dar sequência ao que era dado no governo FHC, como obtenção de superávit primário, metas de inflação e câmbio flutuante, Dilma alterou um pouco a relação do país com a política do tripé macroeconômico, tentando trabalhar com juros baixos, por exemplo, numa tentativa de reativar a indústria nacional e gerar emprego e desenvolvimento. Logo de saída é importante ressaltar que Lula, principalmente em seu segundo mandato, foi quem deu o pontapé inicial nas políticas novo-desenvolvimentistas, porém o governo Dilma foi quem aprofundou esse projeto.

Em 1989, após o Consenso de Washington, o Brasil foi posto numa encruzilhada política, econômica e social pelo centro do capitalismo que arrebataria o país de modo acachapante. A “modernização” das práticas econômicas do país, através de medidas de austeridade fiscal, das práticas políticas e das práticas sociais, através da modernização das leis trabalhistas, entre outras medidas, fizeram o Brasil ainda mais refém do grande capital internacional.

Após tentativas, em boa parte, inócuas de alçar a economia do país ao andar de cima através de modernização econômica, política e social com base nos dogmas neoliberais, o país abriu espaço para um governo com pensamento de espectro um pouco mais à esquerda. Com reivindicações de melhorias nos indicadores sociais, econômicos e com um clamor no sentido de se extinguir a corrupção do país, um estigma da sociedade brasileira desde os primórdios, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, no dia 1º de Janeiro de 2003, subiu a rampa do palácio do planalto com a missão de atender a todos esses anseios da sociedade de modo satisfatório. Nós então assistiríamos a um dos maiores avanços econômicos e sociais (Com inúmeras ressalvas que serão melhor estudadas ao longo desse trabalho) que o país já teve, avanços esses refletidos principalmente no aumento da capacidade do poder de compra das classes sociais menos favorecidas (que pouco tempo depois foi alcunhada de “nova classe média”). Aproveitando o cenário de bonança mundial, o país passou a ser um grande exportador de diversos tipos de commodities como a soja, carne, cana-de-açúcar e assumiu um protagonismo internacional, principalmente por conta dos imensos superávits primários, inclusive ganhando destaque em uma épica capa de revista em novembro de 2009, revista essa das mais importantes de análise econômica do mundo, a britânica “the economist” com o seguinte título: “O Brasil decola” e onde vemos o Cristo Redentor (imagem do Brasil mundialmente conhecida) com uma chama em seus pés fazendo alusão a um foguete, ou seja, o país ganhava importância e respeito no cenário internacional, formou grupos econômicos como o BRICS (União dos 5 maiores países emergentes à época, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e fortalecendo antigos grupos como os do MERCOSUL, que têm como integrantes básicos Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e logo esse bloco seria estendido a outros países da América do Sul.

Porém, toda essa política adotada durante o governo Lula com um abrupto aumento do consumo e um aquecimento do setor produtivo do país veio a causar implicações que trataremos ao longo desse trabalho com maior detalhamento.

Após dois mandatos com grande sucesso, (Lula da Silva sai com 84% de aprovação popular, no final de seu governo), embora não sem tumulto por conta de denúncias de corrupção no conhecido caso do “mensalão”, o então presidente Lula cacifou a sua ministra chefe da Casa Civil à época, Dilma Rousseff, para candidatura à presidência no ano de 2010. Sem a mesma retórica, traquejo político e o mesmo

carisma de seu antecessor, a presidente conseguiu se eleger com margem apertada em relação ao seu opositor, o ex-governador de São Paulo, José Serra.

Nosso trabalho em questão tem como metodologia a revisão bibliográfica de autores que trabalharam esses temas os quais discutiram aspectos relevantes para a estruturação do nosso estudo.

Ciente das diversas formas de interpretação e análise dos fatos ocorridos nesse período, relacionados aos mais variados atores que constituíram esse momento da história do país, resolvemos adotar uma linha específica para que possamos fazer argumentações de forma coesa e com uma visão que acreditamos ser a mais plausível, mesmo que saibamos que as outras formas de análise possam ser, inclusive, frontalmente opostas a nossa linha argumentativa.

O trabalho se encontra dividido em mais quatro capítulos dos quais iremos discutir no capítulo 3 as raízes do pensamento liberal tanto em âmbito global como em escala nacional. Traçar um histórico do seu surgimento que tem raiz no liberalismo clássico com ideais iluministas, até seu processo de transformação e repaginação no chamado neoliberalismo. No capítulo 4 discutiremos a natureza do capital rentista, como que ele acabou se acoplando ao Estado nacional. No capítulo 5 discorreremos sobre os primeiros governos Lula e a sua relação com o neoliberalismo. É tido, por alguns analistas e pelo senso comum, que o governo PT representou uma época de ligação muito estreita aos “ideais comunistas”, onde o partido, enquanto esteve no governo, adotava políticas alinhadas as políticas de “países soviéticos”, por exemplo. Vamos, através da literatura pesquisada buscar os fatos sobre essa questão. E no capítulo 6 vamos tentar amarrar diversos pontos dos capítulos estudados ao longo desse trabalho que vai ter como desfecho a queda da presidente Dilma no ano de 2016.

## **2. Objetivos**

### **2.1 Objetivo geral**

O objetivo geral desse trabalho é entender a natureza do capital rentista, entender como ele começou a exercer influência sobre as decisões políticas no Brasil através do neoliberalismo econômico com foco no período dos 13 anos de governo do PT. E para isso precisamos também estudar a origem desse sistema neoliberal bem como estudar as origens do PT, suas transformações até a chegada ao poder no ano de 2003 e seus desdobramentos futuros no comando do país, primeiro na figura do presidente Luís Inácio Lula da Silva e posteriormente sob o regimento da presidente Dilma Rousseff.

### **2.2 Objetivo específico**

Temos como objetivo específico buscar ilustrar os fatores que levaram a ascensão e a queda do Partido dos trabalhadores (PT) sacramentada com o impeachment da presidente Dilma Rousseff no ano de 2016.

### 3. Um breve histórico sobre o neoliberalismo e suas raízes

Para entendermos as raízes do neoliberalismo, é necessário, antes de tudo, entender por que o termo “*neo*” fora aplicado. O termo “*neo*” vem do latim e indica novo, ou seja, o termo neoliberalismo nada mais é que novo liberalismo. Então o que vem a ser o liberalismo?

Para entender esse conceito temos que citar as intensas lutas políticas na Europa com a derrubada de monarquias absolutistas. Esse processo de derrubada do regime monárquico e a ascensão do regime liberal consolidado no ano de 1848, colocaria a burguesia como classe dominante desse sistema. Segundo Melo:

O chamado liberalismo foi uma vertente da teoria política que buscava realizar duríssimas críticas às sociedades medievais e legitimar e dar fundamento à nascente sociedade burguesa, que ainda engatinhava: críticas econômicas (relação dos impostos à nobreza e ao clero, exploração do trabalho de comerciantes e servos, barreiras para trocas); críticas políticas (poder concentrado nas mãos de reis e Igreja; falta de qualquer processo democrático; violência política contra quem criticasse). (MELO, 2017, p .25)

A despeito desses ideais iluministas, tínhamos vários pensadores que encabeçavam esse movimento, entre eles John Locke (1632-1704) Jean Jacques Rousseau (1712-1778), além de Adam Smith (1723-1790) tido por muitos como o pai do liberalismo econômico que escreveu a obra “A riqueza das nações” e que sustenta boa parte do pensamento liberal econômico que temos nos dias atuais. No que diz respeito às diferenças entre esses pensadores no campo das ideias liberais, Melo pontua:

A despeito da profunda diferença desses pensadores, inclusive em colocar um autor preocupado com a desigualdade social e defensor de formas democráticas de sociedade como Rousseau no mesmo campo que Locke e Adam Smith, em como possuem a crítica radical à forma societária do antigo regime. A crítica à intervenção estatal nos assuntos privados dos cidadãos - algo plausível, tendo em conta que estamos falando do Estado absolutista - foi comum nesse processo bem como a defesa da iniciativa econômica individual. (MELO, 2017, p .25)

Esse sistema viria a se tornar hegemônico nas principais economias do mundo até a crise de superprodução que resultou na quebra da bolsa de valores de nova Iorque.

Feito essa brevíssima introdução, podemos partir para uma análise da gênese dessa ressignificação do pensamento de base liberal e contextualizar em qual momento histórico surgiram esses ideais até que ela se consolidasse e fosse

dominante principalmente no mundo ocidental a partir dos anos 1980. Para isso precisamos entender o que se passava no mundo à época e entender um pouco sobre soluções e propostas para um modelo de economia em plena crise estrutural de reprodução do capital.

Após as duas grandes guerras e uma crise profunda do capitalismo nos anos 1930, os economistas buscavam uma resposta para que o sistema capitalista não entrasse de vez em colapso. As duas grandes guerras devastaram principalmente o continente europeu, assim como a crise da bolsa de valores havia desestabilizado o sistema financeiro global. Foi diante de tal cenário que então surgiu o nome de um economista britânico, John Maynard Keynes que indicava que o Estado deveria tomar as rédeas da economia, fazendo uma regulação da mesma, já que a crise de superprodução que levava a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, fora causada pelo mercado completamente desregulado.

Keynes achava o sistema capitalista um sistema excelente, porém era um sistema que necessitava de uma regulação que existia fora de sua própria lógica para estabelecer um nível de emprego. Segundo Paulani (2011, p. 35) Keynes “considerava o capitalismo um excelente sistema, mas que não podia andar sozinho, sob o risco de se autodestruir. Por isso, ele devia ser regulado, acompanhado por uma instituição externa à sua própria lógica, o Estado”

Posto isso, a grande questão é como um mundo que acabara de sair de acontecimentos com tremendo impacto político, econômico, histórico e social, conseguira logo após, esses eventos tremendos avanços? Segundo Paulani:

[...] Isso pode ser atribuído a uma série de fatores, dentre os quais a regulamentação, uma espécie de domesticação dos termos capitalistas. O capitalismo se move pela lógica do lucro, mas sua sobrevivência como sistema depende de ele apresentar serviços tais como: promover o desenvolvimento; reduzir as desigualdades; criar direitos sociais (PAULANI, 2010, p. 36)

Ou seja, a intervenção do Estado na promoção do estado de bem estar social foi essencial para que o capitalismo não entrasse em ruínas. Foi através de políticas como “new deal” nos Estados Unidos e o plano Marshall para Europa ocidental foram mecanismos de forte intervenção estatal na recuperação das economias de países centrais fortemente afetados com as crises que foram causadas pelos eventos citados anteriormente. Theotonio dos Santos (1999) ressalta a importância do pensamento liberal em diversos campos da sociedade como restauração de uma “democracia

política”, mas na área econômica mostra que o liberalismo havia perdido espaço e que eram necessárias outras medidas econômicas:

Logo após a II Guerra Mundial estendeu-se uma onda política liberal no mundo. O nacionalismo, o protecionismo, o militarismo, o racismo haviam conduzido o mundo a duas brutais guerras mundiais. Tratava-se de resgatar a democracia política, o livre comércio, as doutrinas liberais de respeito às minorias. Contudo, no plano econômico, reconhecia-se os limites da economia liberal. A intervenção estatal revelava-se necessária para garantir os mercados e estimular o crescimento e particularmente o emprego. (SANTOS, 1999, p. 126)

Porém, durante essa mesma época, surgia um pensamento de cunho liberal para resolução desses problemas econômicos, onde um grupo de estudiosos “(...) Sob a inspiração de Von Mises, de Hayek e de outros líderes desta corrente, reuniu-se em abril de 1947, no Hotel Mont Pèlerin, no sul da Suíça, com 37 participantes” (SANTOS, 1999, p. 127) onde entre eles estavam presentes “os economistas Milton Friedman e Von Mises e o filósofo austríaco Karl Popper, entre outros” (PAULANI, 2010, p. 35) tendo como finalidade “(...) estruturar um pensamento capaz de criar o contraponto para impedir que a economia capitalista fosse regulada pelo Estado.”

Segundo esses estudiosos, as medidas políticas a serem adotadas deveriam ter o mínimo de presença do estado e que qualquer interferência estatal deveria ser mínima para não tolher a liberdade individual do cidadão. De acordo com Paulani:

A ideia era que qualquer intervenção do Estado, fosse direta ou por intermédio de empresas estatais, tiraria a liberdade dos indivíduos. Era preciso preservar o capitalismo como economia de mercado, com o Estado assumindo um papel mínimo. Qualquer outra forma faria com que as pessoas entrassem em rota de servidão a uma autoridade (PAULANI, 2010, p. 36)

Porém, ainda segundo a autora, em função da ausência de uma base teórica, esse encontro sofreu crítica de Hayek, o coordenador dessa reunião na Suíça, acabou se tornando uma “profissão de fé” (Paulani, 2010) onde tentou-se seguir com essas ideias “sem fundamentos teóricos de qualquer natureza, assentada apenas em sua profissão de fé quanto às virtudes intrínsecas do mercado” (PAULANI, 2010, p. 36). Por isso, é considerado pela autora e outros pensadores como uma “doutrina neoliberal” e não necessariamente um pensamento com embasamento científico.

Ainda sobre o entendimento do conceito de neoliberalismo Von Mises se opunha a esse entendimento. Segundo ele:

emprego o termo liberal com o sentido a ele atribuído no século XIX, e ainda hoje, em países da Europa Continental. Esse uso é imperativo, porque simplesmente não existe nenhum outro termo disponível para significar o

grande movimento político e intelectual que substituiu os métodos pré-capitalistas de produção pela livre empresa e economia de mercado; os absolutismos de reis ou oligárquicos pelo governo representativo constitucional; a escravidão, a servidão e outras formas de cativeiro pela liberdade de todos os indivíduos. (Mises, 1990, apud SANTOS, 1999, p. 130)

Assim se estruturava o neoliberalismo nos anos 1940, sem uma adesão alta dos governos à época, mas que se fortaleceria após os “anos dourados” do capitalismo de base keynesiana. Paulani ainda diz que:

Durante os 30 anos de ouro, os neoliberais ficaram falando sozinhos, e por muito tempo. Brinco dizendo que eles eram uma seita de extraterrestres que vivia pregando no deserto, enquanto o mundo caminhava em outra direção. Mas a história mudou. (PAULANI, 2010, p. 37)

Isso ilustra como essa doutrina era desprezada pelas economias ao redor do mundo, justamente por ser inconcebível naquela época aplicar essas medidas neoliberais sem fundamento teórico.

Porém, nos anos 70 o sistema keynesiano começou a sofrer com a mudança de natureza reprodutiva do sistema capitalista. Em função da diminuição da produção já que a demanda por investimentos estava suprida, o capital precisava circular e em função do acordo de Bretton Woods, “Esse sistema hierárquico coordenado e regulado pelos Estados nacionais, com sistema de câmbio administrado e com controle rígido dos fluxos de capitais” Paulani (2010, p. 37) o capital encontrava obstrução a sua livre circulação. Segundo Melo:

Os anos 1970 marcaram a crise desse movimento que durou perto de trinta anos. Primeiro porque essa forma de operar do sistema capitalista trazia limitações ao movimento do capital, uma vez que havia claras barreiras à movimentação para importação e exportação de produtos (como pensar capitalismo sem circulação mundial de mercadorias?) e também circulação financeira de capitais (bolsa de valores, títulos financeiros e empréstimos de bancos estrangeiros à países e empresas na periferia do sistema capitalista) (MELO, 2017, p. 26)

Sobre esse assunto, que dada suas implicações veio a levar posteriormente o sistema neoliberal a hegemonizar no mundo após a crise de 1970, Paulani (2010) complementa:

Um dos fatores mais importantes que permitiram a ascensão dos neoliberais foi a desaceleração cíclica, acontecimento normal depois de duas décadas de forte crescimento econômico, que vem acompanhado de grande volume de investimentos. Em determinada hora, a demanda por investimentos fica suprida, e há uma desaceleração, o que é natural. O investimento não acaba, mas cresce a taxas menores, e essa variável reduz o crescimento econômico. (PAULANI, 2010, p. 37)

Em função dessa desaceleração, muitas empresas norte-americanas passaram a retirar o dinheiro da base produtiva, já que essa não mais dava retorno financeiro, e passaram a aplicar numa espécie de mercado financeiro da época Paulani (2010).

Esse processo de financeirização da economia, fez Richard Nixon romper com o padrão ouro, ou seja, rompia assim com o acordo de Bretton Woods, onde o dólar era lastreado em ouro. De acordo com Paulani:

A economia americana estava numa encruzilhada, precisava desvalorizar o dólar, e não havia meios para isso. A alta do dólar para os Estados Unidos levava a uma brutal concorrência com outras economias, como a japonesa, produzindo grandes déficits comerciais que, em última instância, deviam ser pagos em ouro. O presidente da França, Charles de Gaulle, piorava o quadro, pois cobrava o tempo todo dos americanos o ouro francês lá depositado. (PAULANI, 2010, p. 38)

A emissão de dólar com o intuito de resolver problemas como, por exemplo, a guerra no Vietnã causou uma imensa liquidez da moeda no sistema global e assim os EUA causava uma espécie de exportação da sua inflação para o mundo acarretando na instabilidade da economia mundial. Esse excesso de dólar no mercado propiciou uma desvalorização da moeda. Com o dólar se desvalorizando e os preços das commodities também sofreram depreciação nos seus valores e com isso “os anos de 1970 marcaram também a crise do petróleo, em que países produtores decidiram aumentar o preço do produto, causando problemas em diversos países.” (Melo, 2017, p. 26).

Porém, como essa crise foi despertada inicialmente pelos Estados Unidos com o seu calote global, Paulani faz uma importante observação.

[...] O choque do petróleo, em 1973, não foi uma ideia maluca de cinco árabes que resolveram encher a paciência do mundo. Ele foi uma resposta a uma situação econômica em que a desvalorização do dólar desacertara o preço do petróleo nessa moeda. Na esteira do dólar, uma série de outros bens teve seus preços alterados (PAULANI, 2010, p. 38)

Ou seja, foi algo que ocorreu em função de uma quebra dos EUA com o acordo estabelecido em New Hampshire em 1944 que levou a depreciação do valor do barril de petróleo. Entretanto, em 1979 houve o segundo choque do petróleo, esse sim, causado pelos países árabes, e com isso veio a recessão mundial. A produção havia estagnado de vez e a riqueza financeira, acumulada durante esse período, não tinha como circular em função do alto controle de fluxo de capitais promovida pelos Estados nacionais. A partir daí os detentores de riqueza e desses capitais passaram a fazer pressão para que o Estado fosse menos presente e que deixasse a riqueza produzida entrar em circulação. Estava dada a senha para que o processo de financeirização

fosse estabelecido e a entrada apoteótica do neoliberalismo no mundo, a partir de então, se consolidando.

Ronald Reagan (EUA) e Margareth Thatcher (Grã-Bretanha) foram os expoentes do movimento neoliberal nos anos 1980 resgatando-o da sociedade Mont Pèlerin. Adotaram medidas de cortes em direitos sociais e em áreas como a saúde pública, privatizando o setor.

Essas ideias difundidas pelos governos da Inglaterra e dos EUA chegaram na América Latina através do Consenso de Washington que tinha, como ideia de Estado para os países latinos, um aparelho estatal que obtivesse superávit primário e para isso seria necessário, entre outros mandos e desmandos da cartilha neoliberal, atingir metas de inflação, ter um Estado mínimo que era refletido através do processo de privatização, disciplina fiscal, corte de gastos públicos com setores essenciais à população, se assim fosse necessário, tudo para remunerar o capital internacional em função dos endividamentos dos países latino-americanos com o capital internacional, ou seja, para o setor rentista global, o Estado teria que, no fim das contas, gerar lucros e não suprir as necessidades mais básicas de sua população.

A partir desse ponto vamos tratar do caso específico do Brasil, de como esse neoliberalismo se instalou no coração da máquina pública, como se deu e como se dá essa relação do aparelho estatal com os agentes econômicos defensores das políticas neoliberais.

### 3.1. Raízes do neoliberalismo no Brasil

Essa ideologia de Estado mínimo chega no Brasil com uma ideia de inovação, eficiência, enxugamento da máquina pública e de corte de gastos para investimento em setores essenciais para o funcionamento da sociedade. Um discurso asseado que tinha um certo apelo social. É por intermédio do presidente Fernando Collor de Melo que o país é apresentado aos dogmas neoliberais. Disferindo ataques ao Estado, é através de uma espécie de novo populismo, tema que será abordado mais adiante nesse trabalho, que antes mesmo de tomar posse em seu discurso de campanha é proferido ataques aos funcionários públicos de alto escalão ou com salários mais significativos dentro da máquina pública, como uma forma de jogar a população contra a fatia desse setor de trabalhadores. Além disso a responsabilidade fiscal e uma ausência de controle de fluxos circundava o pensamento de Collor. Como pontua Paulani:

Quem trouxe, politicamente, a agenda neoliberal para o país foi o ex-presidente Fernando Collor de Mello. Naquela disputa entre Collor e Lula, em 1989, o programa de governo do primeiro era a caça aos marajás, porque havia a noção de que o Estado só servia para pagar altos salários a quem nada fazia. Isso estava embolado com a ideia de que era necessário reduzir o tamanho do Estado, privatizar, ter um controle estrito dos gastos, uma política monetária rígida, abrir a economia e liberar o fluxo de capitais – tudo no mesmo pacote. Collor, como sabemos, não chegou a implementar essa agenda, mas fez privatizações importantes. (PAULANI, 2010, p. 40)

Através dessa tática podemos notar que o ataque não mais era ao imperialismo dos países dominantes sob a periferia dominada pelo capital, como outrora tinha em mente como Getúlio Vargas, por exemplo, e sim a parte da classe trabalhadora, desviando, portanto o foco real do problema que decorre da estrutura do sistema capitalista. Em outras palavras, ataca-se uma parcela da população que ocupam cargos dentro da máquina pública, e que por sua vez há sim, por parte da sociedade, motivos para se revoltar em função do clientelismo do Estado brasileiro porém, disferir esses ataques estão longe de atingir o cerne do problema estrutural da desigualdade social no país.

Antes de continuarmos o raciocínio da instauração do neoliberalismo no Brasil, é importante também tratarmos de algumas das características da ideologia neoliberal no país. Quais são seus efeitos quando comparamos com a teoria econômica que foi dominante no país ao longo do século XX: o desenvolvimentismo. Boito (2018) trata dessas questões que tornam o neoliberalismo com características muito peculiares:

Esse modelo, que tem sido chamado neoliberal, pode ser definido por contraste com o modelo que o antecedeu o desenvolvimentismo tanto na sua fase nacional reformista (1930-1964), quanto na pró-monopolista da ditadura militar (1964-1985). Muitos elementos evidenciam esse contraste entre modelo desenvolvimentista e modelo neoliberal: o ritmo do crescimento econômico cai, o papel do Estado como empresário e provedor de serviços declina, a prioridade ao crescimento e ao desenvolvimento industrial desaparece, a desnacionalização da economia nacional amplia-se, os direitos sociais e trabalhistas sofrem um processo de redução ainda maior do que aquele que sofreram durante a fase ditatorial-militar do modelo desenvolvimentista. (BOITO, 2018, p. 26)

É importante sempre frisarmos também que esse tipo de dogma era dirigido aos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, pois nenhum país aplicara esse conjunto de ideias em um momento que não lhes fosse oportuno, nem em seu período liberal assim como também não aplicara com sua nova roupagem, o neoliberalismo. Ha-Joon Chang (2004) sustenta essa ideia onde ele relata uma crise no período liberal por qual passou a Grã-Bretanha, o berço do liberalismo econômico:

Convém ressaltar ainda que a “adesão da Grã-Bretanha ao livre-comércio foi lenta e penosa: Além disso, o regime de livre-comércio não durou muito. Na

década de 1880, alguns fabricantes britânicos em dificuldade puseram-se a reivindicar proteção. No começo do século XX, a retomada do protecionismo foi um dos temas mais polêmicos da política britânica, quando as manufaturas do país começaram a perder vantagem rapidamente para as norte-americanas e as alemãs: a prova disso está na influência exercida pela Tariff Reform League [Liga pela Reforma Tarifária], criada em 1903 sob a carismática liderança do político Joseph Chamberlain. A era do livre-comércio chegou ao fim quando a Grã-Bretanha finalmente reconheceu que tinha perdido a primazia manufatureira e reinstituiu tarifas em larga escala em 1932. (CHANG, 2004, p. 48)

Outra nação que Chang relata e, também, mostrou-se adepta dessa doutrina em momentos convenientes foram os EUA, isso já no período do pós-guerra. Eles adotaram esse tipo de política quando percebia que abrir o mercado já não era uma ameaça tão grande a economia do país

Só depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos com a sua incontestável supremacia industrial - finalmente liberaram o comércio e passaram a pregar o livre-comércio. Entretanto, cabe observar que nunca praticaram o livre-comércio no mesmo grau que a Grã-Bretanha em seu período livre-cambista (de 1860 a 1932). Nunca tiveram um regime de tarifa zero, como o Reino Unido, e eram muito mais agressivos no uso de medidas de protecionismo “oculto”. (CHANG, 2004, p. 58)

Portanto, fica claro que essas ideias, embora muito alardeadas como inovação e como melhora do Estado através de políticas de enxugamento e eficiência da máquina pública, foram aplicadas em momentos específicos de conveniência pelos países centrais do capitalismo. Feito essa pausa pertinente, voltemos ao caso brasileiro.

O governo Collor foi quem iniciou as ideias neoliberais no país, mas quem de fato implantou com eficiência essa agenda no Brasil foi o governo FHC, através de reformas da previdência, da privatização de estatais e diminuição do Estado. Nas palavras de Paulani:

FHC aprofundou muito a abertura comercial e as privatizações. Joias da coroa como a Telebrás, a Vale do Rio Doce, a Telesp e quase todos os bancos e empresas foram vendidos na totalidade, a preços muito baixos. A Petrobras foi espartilhada, quando venderam suas ramificações de química fina e petroquímica, além de um volume muito grande de ações com direito a voto. Como se não bastasse pôs fim ao monopólio do petróleo. O capital veio correndo para comprar essas empresas, que não foram somente vendidas, mas desnacionalizadas. (PAULANI, 2010, p. 40)

À época, uma das poucas medidas neoliberais que o governo FHC não adotara fora o câmbio flutuante, tão caros aos neoliberais e ao seu tripé macroeconômico. O governo trabalhara com câmbio fixo, administrado pelo Estado, em um “populismo

cambial” Paulani (2010) mantendo a moeda valorizada e dando espaço a importação de produtos estrangeiros.

Em relação a isso Luiz Carlos Bresser-Pereira (2012) chama a atenção para um fenômeno que fez o país entrar em um processo de reprimarização da pauta econômica causando o que conhecemos como doença holandesa, onde a exportação de produtos de baixo valor agregado acabam ganhando maior espaço da pauta exportadora destruindo assim todo o nosso setor industrial. Tudo isso ocorre em função do país entrar em uma abertura comercial muito intensa, possuindo manufaturados sem competitividade internacional e uma moeda com câmbio apreciado culminando em uma inundação de produtos importados no país. Com isso o Brasil interrompe um processo de industrialização e volta a ser um grande exportador de ‘commodities’ após experienciar um período de desenvolvimento do parque industrial que ocorria desde a Era Vargas na década de 30. Segundo Bresser-Pereira:

Assim, em vez de o país buscar a estabilidade financeira garantida por uma taxa de câmbio competitiva, decidiu consumir no curto prazo e apresentar déficits crônicos em conta corrente; e em vez de visar o aumento da produtividade pela industrialização, ou, mais genericamente, pela transferência de mão de obra de setores com baixo valor adicionado per capita para setores com alto valor adicionado per capita, que são tecnologicamente mais sofisticados e pagam maiores salários, o Brasil, desde 1994, aceita reduzir o aumento da produtividade da economia através da transferência inversa e a transformação da economia brasileira na “fazenda do mundo”. (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 8)

Bresser-Pereira segue tratando, dentro desse contexto de câmbio apreciado, reprimarização da economia e importação de manufaturas, de um fenômeno paradoxal que é o pleno emprego e o baixo crescimento:

Por outro lado, como o setor primário (agricultura, pecuária e mineração) não tem capacidade de absorver o desemprego industrial (ou a falta do aumento de postos ofertados), quem absorve a mão de obra é o setor de serviços, inclusive o setor comercial que é alimentado pelas importações. E temos assim a situação aparentemente paradoxal de baixo crescimento e pleno emprego. (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 8)

Encontramos então um fenômeno que se tornaria anômalo mais adiante: um setor industrial falido e um setor de serviços saturado de mão-de-obra em função do aquecimento desse segmento causado pela importação de manufaturados. Estava dado, novamente, a heteronomia do crescimento econômico do país, pautado pelas importações e imperativos do capital internacional, onde inexistia força de reação por parte da economia do próprio país, muito embora essa heteronomia nunca tenha sido superada por completo em nenhum momento da nossa história, mas que existiu, como

dito acima, de maneira residual ou mais presente em um bom período do século passado.

Porém, essa intensa internacionalização da economia brasileira causou um desequilíbrio nas contas externas do país que foi “provocado pelo pagamento da dívida, pela crescente remessa de lucros oriunda do avanço da internacionalização da economia e pela própria abertura comercial” (Boito, p.39) e com isso poderia haver um comprometimento da capacidade do Estado brasileiro de quitar suas dívidas,

[...] no limite, se se chegasse a um nível muito baixo de reservas internacionais, poderia, inclusive, inviabilizar, por escassez de reservas, a liberdade básica do capital financeiro internacional de entrar e sair livremente do país. À economia brasileira aproximou-se dessa situação crítica com a crise cambial de 1999 no momento de transição do primeiro para o segundo mandato de FHC. (BOITO, 2018, p. 39)

FHC então, percebendo esse cenário, declina de permanecer com câmbio fixo e passa a adotar o câmbio flutuante, deixando então a variação do valor da moeda nas mãos do mercado, intensificando o processo de neoliberalização da economia brasileira, além da adoção do regime de metas de inflação, com isso mais um passo foi dado em direção as garras do rentismo.

É diante desse curso iniciado no governo de Fernando Henrique, de abertura total do país ao capital estrangeiro, que Lula inicia seu mandato. Sua relação com o mercado, durante a campanha eleitoral de 2002, foi apaziguada através da “Carta aos brasileiros”, que na verdade foi um aceno para o mercado onde ele se comprometia, caso eleito, não romper com nenhum acordo já estabelecido entre o Estado e o mercado, e assim o fez. Não só não rompeu como estreitou os laços com esse setor. Conforme demonstra Paulani:

Havia um grande medo de que Luiz Inácio Lula da Silva entrasse e mudasse a política econômica. Para acalmar o mercado, Lula teve de assinar aquela “Carta aos brasileiros”, que no fundo era uma espécie de termo de compromisso de que não iria mudar a política econômica – e de fato não mudou. Pelo contrário, Lula aprofundou essa política nos primeiros meses, produziu um superávit maior que o pedido pelo FMI; aumentou ainda mais as taxas de juros e cortou o compulsório dos bancos de maneira brutal. Consequência: o PIB ficou em 1%. (PAULANI, 2010, p. 41)

Essas medidas surpreenderam boa parte da base de apoio do partido que via no governo Lula uma forma de alterar o modo como se faz política nas palavras de Paulani (2010, p.41) “A continuidade da agenda neoliberal surpreendeu muita gente, porque se lutara contra isso antes, e quando Lula entrou, ele fez igual. Combatiam-se a política macroeconômica e essas reformas, mas elas acabaram sendo feitas”.

O governo Lula mudou um pouco o seu curso a partir do segundo mandato. Embora não tenha rompido com o setor rentista, Lula elaborou projetos como o programa de aceleração do crescimento (PAC), por exemplo, que foi uma demonstração de intervenção do Estado na economia, porém nada que tirasse o sono do setor financeiro, muito embora segundo Bastos, Lula cometera o que ele chama de “heresias” contra o capital rentista. Segundo o autor as tais heresias do presidente foram 3:

Primeiro, vetou novas privatizações e, ao contrário, buscou restaurar a capacidade de investimento das empresas estatais, particularmente no setor de petróleo, gás e energia elétrica.[...] Na segunda heresia, também contra a prática da frente neoliberal durante o governo FHC, o governo Lula restaurou o papel ativo dos bancos públicos para execução de políticas de desenvolvimento produtivo e expansão do mercado interno.[...] Terceiro, o crescimento do mercado interno de massas foi apoiado pela política salarial, trabalhista e social que, respectivamente: i) elevou o salário mínimo real em 70% entre 2004 e 2014, com impacto no mercado de trabalho e nas pensões e aposentadorias do sistema de seguridade; ii) fortaleceu sindicatos e exigiu a formalização do emprego, com salários e direitos melhores, incluído o seguro desemprego; iii) ampliou o conjunto de transferências sociais, notadamente o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e o bônus salarial, e recuperou o gasto na oferta de serviços públicos (BASTOS, 2017, p.12-13)

Essas medidas, embora causassem um certo desconforto no setor rentista, não afetou a relação que o executivo tinha criado e estreitado ao longo de seu governo com essa fração de classe. Essas políticas que o governo adotou tinha como objetivo fazer acenos a outras frações da elite e da população na tentativa de criar a conciliação de classes que foi uma política muito usual do governo Lula.

A essa altura através dos fatos citados, já podemos ter alguma noção de como o neoliberalismo e suas ideologias foram se infiltrando no aparelho estatal, no seio das políticas do governo federal e posteriormente, como veremos adiante nesse trabalho, na sociedade de modo geral ao ponto de, com seus tentáculos cada vez mais robustos que fora alimentado pelo próprio Estado ao longo de diversos governos, ser um dos articuladores, e talvez o principal, da queda de uma presidente da república.

#### 4. A natureza do rentismo

Esse capítulo será dedicado a estudarmos a natureza do capital rentista, em como ele opera na sociedade capitalista e qual é o movimento que ele exerce dentro do sistema dado a conjuntura ou a estrutura da sociedade naquele instante. Vamos

abordar o comportamento do rentismo nacional e do rentismo internacional e qual a interferência dele na economia e na política do país. Esse estudo vai ser essencial para que possamos entender o que ocorreu nos treze anos de governo petista que culminou na queda da presidente Dilma Rousseff no ano de 2016. Queremos dizer com isso que o rentismo teve papel essencial na deposição da presidente do mais alto cargo do executivo nacional, e por isso precisamos nos debruçar um pouco mais sobre essa fração de classe. Entender a sua natureza é importante para que possamos ter uma clareza maior no desenrolar dos acontecimentos no país. Desses processos de expansão material e financeirização, vamos nos ater mais ao último grande período que os financistas foram e são hegemônicos, que é o sistema neoliberal.

Importante ressaltar que temos ciência que outras fatias das classes dirigentes como a produtivista, por exemplo, exerceram grande influência nesse processo de derrubada da presidente, muito embora essas frações burguesas tivessem alguns conflitos de interesses como veremos mais adiante, o nosso foco nesse capítulo será estudar com mais afinco o rentismo.

No mundo ficou muito claro, após a quebra do acordo de Bretton Woods pelo presidente Richard Nixon dos Estados Unidos em 1971, que o processo de produção estava começando a dar espaço para o processo de financeirização da economia. A quebra desse acordo, inclusive, ocorrera por conta de graves problemas na economia dos EUA e por conta da pressão dos agentes financeiros para que houvesse uma desregulamentação do mercado que era rigidamente controlado pelos Estados nacionais. Esse excesso de controle que ocorria em cima do fluxo de capitais foi fortemente criticado pelos financistas, já que esses não tinham como dar vazão a todo esse acúmulo de finanças obtidos no período anterior de expansão e fazê-lo reproduzir nessa nova etapa do capitalismo.

Para entender todos esses acontecimentos relativos ao Brasil e a sua inserção em uma economia mundializada alguns autores vão ser importantes para compreender essas fases históricas pela qual o país passou desde o processo de colonização até a financeirização da economia nos anos 1980. Esse entendimento da inserção da nossa economia no mundo vai nos esclarecer como o país se tornou uma economia voltada para a exportação de commodities de baixo valor agregado, sem conseguir superar essa posição crônica subalterna.

Leda Paulani (2013), por exemplo, vai separar essas fases históricas do país em cinco momentos: Acumulação primitiva, consolidação do modo de produção capitalista, indícios de crise de sobreacumulação no centro, afirmação da crise de

sobreacumulação e amadurecimento da financeirização. Vamos, adiante, nos debruçar sobre essas definições da autora.

Na primeira etapa, que data do período da escravidão, o país torna-se apenas um local de extração de riqueza onde a espoliação promovida pela sua metrópole era sua posição essencial no processo de acumulação do capital e no desenvolvimento do processo capitalista. De acordo com Paulani

Nessa etapa, o Brasil se coloca como reserva patrimonial, base de operação de força de trabalho compulsória e fonte de fornecimento de metais preciosos e matérias-primas. Em outras palavras, nesse primeiro momento, o país constitui-se em puro e simples objeto de espoliação, expediente típico da fase de acumulação primitiva então em curso. Inicialmente, nosso país se coloca, portanto, como parte subordinada de um movimento que tem seu motor principal na Europa e que constitui a etapa primeira da afirmação do modo de produção capitalista em nível mundial. (PAULANI, 2013, p. 239)

A segunda fase desse processo se dá a partir da produção de artigos de baixa densidade tecnológica e valor agregado. Essa característica se tornaria um estigma estrutural da economia brasileira desde o século XVI período até os dias atuais. Evidente que o processo de industrialização no país chegara posteriormente, mas sua condição de mero exportador de commodities ainda permanece.

O modo como as metrópoles tratavam suas colônias nesse processo de espoliação diz muito sobre como os países colonizados se perpetuaram, muitos deles, nessa condição subalterna até os dias atuais. Ha Joon Chang (2004) faz menção a esse comportamento das metrópoles em relação a suas colônias. Em função do temor de as terras colonizadas iniciarem um processo de industrialização, os colonizadores utilizavam-se de mecanismos para poder tolher o desenvolvimento de estruturas de produção de manufaturas. O autor cita o caso em específico da Grã-Bretanha, mas que nos ajuda a ilustrar o comportamento dos colonizadores de modo geral:

A Grã-Bretanha instituiu um vigoroso conjunto de política destinadas a impedir o desenvolvimento de manufaturas nas colônias, principalmente na América do Norte. List (1885, p. 95) relata que, em 1770, William Pitt, o Velho (então conde de Chatham), “preocupado com as primeiras tentativas de implantar a manufatura na Nova Inglaterra, declarou que não se devia permitir que as colônias fabricassem mais do que um cravo de ferradura”. A caracterização de Brisco (1907, p.165) da política colonial do governo Walpole descreve a essência dessa estratégia:

Mediante regulamentações comerciais e industriais, tentou-se limitar as colônias ao fornecimento de produtos primários à Inglaterra e, assim, desestimular a implantação de qualquer manufatura que viesse a concorrer com a metrópole e reservar seus mercados para os comerciantes e fabricantes ingleses. (CHANG, 2004, p. 94-95)

Esse caso da relação da Grã-Bretanha com a “nova Inglaterra” pode ser estendido também para relação entre Brasil e Portugal, em que a colônia era proibida por sua metrópole de ter qualquer tipo de produção mínima, exceto alguns artigos mais rudimentares. O Brasil era de fato uma colônia para exportação de produtos primários para abastecimento do centro do capital.

E essa divisão foi importante para o desenvolvimento do sistema capitalista, pois era o país que provia muito da produção de alimentos que supria as demandas mundiais. Segundo Paulani:

Como bem lembra Marini, em seu clássico *Dialética da dependência*, se, ao longo de todo esse período, os países centrais fossem depender de si mesmos para a produção dos alimentos e matérias-primas requeridos pela expansão que ia se consolidando, eles não poderiam ter aproveitado todo o ganho de produtividade que a expansão da manufatura e depois a revolução industrial proporcionaram e que fez que esses países tomassem a dianteira na economia mundial. (PAULANI, 2013, p. 240)

Ou seja, o Brasil teve uma significativa participação na consolidação do sistema capitalista para que hoje os países que são imperialistas galgassem tal posição.

É aqui que notamos também um caráter importante da elite e da produção de riquezas no país que se perpetua até os dias atuais, que é baixa retenção de capital no país, onde boa parte é exportado e o país não obtém nenhum tipo de evolução em demais setores da economia. A burguesia internacional mais uma vez faz uso da periferia do capitalismo para acumular riqueza. Para Paulani:

Nessa fase, a condição dependente de nossa economia, em qualquer dos cortes teóricos em que ela foi interpretada, aparece relacionada com essa condição de produtora de bens primários e incapaz, via relações de troca, de reter na economia doméstica os reduzidos ganhos de produtividade aqui obtidos, além de estar permanentemente sujeita ao poder monopólico dos países do centro em sua condição de ofertantes de bens (os produtos industriais) que as economias periféricas não tinham condições de produzir. (PAULANI, 2013, p. 240)

Essa característica crônica do país parecia que iria se findar no início dos anos 1930 do século passado. Com a crise internacional provocada pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, além do período entre-guerras da época, o governo Getúlio Vargas seguiu uma tendência mundial: Voltou os investimentos do país para a sua demanda doméstica tendo um Estado com um poder de intervenção muito maior na economia. A partir daí se deu o desenvolvimento das primeiras políticas nacionais desenvolvimentistas do país. Foi nesse período que foram desenvolvidas as indústrias de base em que o país passou por um intenso processo de industrialização e que nos fez acreditar em um movimento de ‘catching up’ da nossa economia. Porém, essa fase de crescimento da indústria nacional durou até a década de 1950. A partir de então

houve um ingresso muito grande do capital externo no setor industrial brasileiro, diminuindo a fatia desse grupo nacional, embora ele ainda fosse presente. Esse fenômeno ocorreu em função dos interesses do capital externo em expandir sua lucratividade, já que esta estava em diminuição nos países desenvolvidos em função do modelo econômico keynesiano ter atingido um patamar de estabilidade e de queda natural, em alguns casos, no crescimento da economia dos países centrais do capitalismo. Esses investidores buscaram então países como o Brasil para dar continuidade no aumento de seus lucros. Dado esse contexto, não iria ser dessa vez que o país iria abandonar a sua dependência crônica do centro da economia mundial e então tomar as rédeas do seu próprio desenvolvimento. Como pontua Paulani:

Acossado já pelo problema da sobreacumulação, o capital do Centro do sistema parte em busca de novos espaços de valorização e vai encontrar na economia brasileira, em meados dos anos 1950, o mercado que começava a escassear no mundo desenvolvido, inaugurando assim a terceira fase de nossa dependência. Como o projeto nacional-popular não havia se consolidado de vez e tampouco as elites estavam muito firmes em seu propósito de lutar pela inserção soberana de nossa economia no capitalismo mundial, o país tornou-se rapidamente objeto do deslocamento espacial do capital do Centro, fazendo que o processo de acumulação “determinado desde dentro” fosse comandado, nos setores mais dinâmicos da economia, pelas necessidades e imperativos do capital de fora. (PAULANI, 2013, p. 240)

O setor industrial que no Brasil vinha sendo desenvolvido desde a indústria de base até a automotiva, acabou sendo engolida pelos investimentos do capital externo com tecnologias mais avançadas no setor do que a indústria brasileira, fazendo o nacional desenvolvimentismo entrar em colapso, embora o desenvolvimento industrial não tenha deixado de ocorrer até os anos 1980, porém em bases de capital externo. Assim o país acabou continuando dependente dos investimentos do capital industrial estrangeiro mostrando a retomada do rentismo no país em detrimento do setor produtivista.

Paulani pontua esse problema de dependência da poupança externa em decorrência do investimento estrangeiro. Essa questão se tornaria crônica e danosa às aspirações desenvolvimentistas do país. De acordo com Paulani:

É dessa forma, portanto, que se inicia a história de nossa crônica dependência da poupança externa, pois a instalação aqui dos setores industriais mais avançados implicou aumento de nosso passivo externo, impondo o retorno à circulação internacional de uma parte do excedente acumulado por essa via comprometendo, assim, as possibilidades de expansão futura da economia doméstica. (PAULANI, 2013, p. 241)

Portanto, temos uma elite nacional extremamente fragilizada na sua construção, que durante seu processo de formação não se consolidou perfeitamente

em função dessa intervenção do capital externo na economia nacional e assim criando essa dependência de crescimento do país muito por conta do que ocorria a despeito do cenário internacional.

A quarta fase, Segundo Leda Paulani, se inicia “Com a crise do petróleo deflagrada ao final de 1973 e com a opção pelo endividamento externo que aí se gerou, o potencial inflacionário do arranjo brasileiro assentado nos mecanismos de indexação tornou-se ato”. (PAULANI, 2013, p. 241). Logo após ocorre o segundo choque do petróleo em 1979 e uma alta da inflação que só iria terminar no Brasil após a criação do Plano Real em 1994.

Então ocorreu uma crise de sobreacumulação do centro do sistema capitalista nos anos 1980, onde se iniciou um intenso processo de financeirização e abertura econômica no mundo em que o capital externo encontrou nas economias latinas uma demanda por empréstimos que não existiam nos países centrais, e nesses países estabeleceu-se uma crise da dívida econômica gerada a partir dessas tomadas de capital externo por parte dos países latinos de modo geral. É assim, de modo a se endividar-se, que os países na periferia do sistema se inserem nessa nova etapa do capitalismo que é a financeirização econômica.

Na quinta e última fase “o país passa de uma forma passiva a uma forma ativa (porém não menos subordinada) de inserção no capitalismo financeirizado.” (PAULANI, 2013, p. 242).

A completa subordinação ao neoliberalismo foi a saída encontrada pelo governo para atender aos anseios dos credores da dívida que o Brasil havia se submetido nos anos 1980 e essa subordinação se traduziu, no governo Collor e FHC, através da livre fluxo internacional de capitais, diminuindo as barreiras para essa circulação e a abertura do mercado brasileiro de títulos públicos e privados ao capital internacional.

Boito argumenta que o processo privatização ocorrido no período de abertura comercial favoreceu em larga escala não só o capital internacional, mas também o grande capital produtivo e rentista do país. As privatizações, foram restritas a um pequeno grupo da elite nacional e burguesia internacional. Como explica Boito:

A privatização, nessa nova fase do capitalismo brasileiro, atende diretamente aos interesses dos grandes grupos econômicos privados, ou seja, do conjunto do grande capital - nacional ou estrangeiro, industrial ou financeiro. No entanto, a média burguesia permaneceu, devido às regras estabelecidas pelo Estado brasileiro para o processo de privatização, excluída do grande negócio que foram os leilões de empresas estatais. Menos de cem grandes grupos econômicos privados apoderaram-se da quase totalidade das

empresas estatais que foram a leilão.  
(BOITO, 2018, p. 29)

(BOITO,

Podemos notar nesses apontamentos que o neoliberalismo com seu argumento falacioso da livre concorrência fica fragilizado já que apenas um grupo específico de grandes capitalistas nacionais e internacionais estão sendo beneficiados com as privatizações onde a regra do jogo não inclui todos. Boito segue apontando algumas empresas desse grupo que foram beneficiadas nesse processo, empresas como:

[...] o Grupo Votorantim, a Gerdau e a Vicunha: grandes bancos, como o Itaú, o Bradesco, o Unibanco e o Bozano Simonsen; grandes empresas estrangeiras, como as empresas portuguesa e espanhola na área de telefonia -- enfim, o grande capital nacional, industrial ou financeiro, e o grande capital estrangeiro, isto é, a cúspide do capitalismo brasileiro apropriou-se da siderurgia, da petroquímica, da indústria de fertilizantes, das empresas de telecomunicação, da administração de rodovias, dos bancos públicos, das ferrovias etc. (BOITO, 2018, p. 28)

Paulani ainda ressalta que após o pagamento das dívidas em moratória e a criação do Plano Real, que trouxe uma estabilidade monetária da economia, outras medidas tomadas pelo Estado para atender as demandas do capital internacional foram atendidas:

[...] como a concessão de isenções tributárias a ganhos financeiros de não residentes, alterações legais para dar mais garantias aos direitos dos credores do Estado, e uma reforma previdenciária para cortar gastos públicos e abrir o mercado previdenciário ao capital privado. Em paralelo, mas tudo contribuindo para o mesmo resultado, adotou-se uma política monetária de elevadíssimos juros reais e um controle fiscal bastante rígido (buscando gerar polpidos superávits primários) e deslanchou-se o processo de privatização. (PAULANI, 2013, p. 243)

Com essas políticas adotadas, o país passa a entrar cada vez mais no circuito da financeirização mundial, ocupando posições subalternas na economia mundial, mas atraindo muitos capitais de poupança externa mesmo que isso custe a sua dependência ao capital internacional e uma falta de autonomia econômica.

O próximo passo a ser dado rumo ao neoliberalismo foi após a crise cambial no segundo mandato do governo FHC, em 1999, em que o governo acabou tomando medidas como abandonar o câmbio fixo e passar a adotar o câmbio flutuante, além de metas de inflação e políticas monetárias e fiscais mais rígidas, ou seja, o tripé macroeconômico que os agentes econômico-financeiros neoliberais tanto prezam. Essas medidas abriram espaço para o reaparecimento da elite nacional que fora escanteada no processo de abertura econômica excetuando-se as grandes classes dirigentes. A rentista e como mencionado acima, muito embora, como veremos, o lucro ainda permanecia com pequenos grupos de algumas frações de classe da elite.

No governo Lula essas políticas neoliberais se aprofundaram. Muito embora algumas críticas, principalmente de setores pertencentes ao rentismo, criticassem o intervencionismo do executivo no mercado, essa intervenção não prejudicava de modo estrutural os ganhos do capital. Boito faz menção a esse fato. Os investimentos do governo no setor produtivista aconteciam de modo a respeitar os interesses do capital financeiro, ou seja, sem mexer nas bases dessa fração de classe:

[...] esse governo estimula a produção, mas no interior dos limites permitidos pelos interesses fundamentais do grande capital financeiro. Em primeiro lugar, ele estimula, prioritariamente, a produção voltada para a exportação. Do ponto de vista das finanças, não interessa priorizar a produção voltada para o mercado interno. O grande capital financeiro necessita reduzir o desequilíbrio das contas externas, sem o que sua livre circulação e sua elevada remuneração poderão ficar comprometidas. O objetivo principal do estímulo à produção deve ser, então, a exportação, isto é, a caça aos dólares e às demais moedas fortes. (BOITO, 2018, p. 49)

A partir de 2003 vamos notar algumas alterações e estreitamento de relação entre o rentismo e o governo federal que demonstram que essa fração de classe passou a tomar conta das políticas econômicas do país, mostrando assim que o capital rentista ganhava mais força dentro do bloco de poder executivo federal.

A balança comercial, com a desvalorização do real e a demanda por commodities da China, fez com que o país entrasse em rota de crescimento econômico. Porém, a ausência de uma certa autonomia econômica, que era baseada em exportação de produtos de baixo valor agregado, com o intenso processo de reprimarização da pauta de exportação durante o governo Lula, além da adoção de metas de inflação e superávit primário encontrou, na crise mundial de 2008, uma retração nas transações correntes como aponta Paulani:

No segundo mandato de Lula, porém, a contínua revalorização da moeda combinada com o relativo declínio dos preços das commodities após a crise de 2008 fez os déficits em transações correntes voltarem com força. Em outras palavras, no segundo mandato de Lula apareceram as consequências da forma de condução da política econômica no primeiro mandato. (PAULANI, 2013, p. 243)

Porém, mesmo com a crise de 2008, o Brasil ainda atraía capital externo, em função da sua alta taxa de juro que permanecia, mesmo com uma breve desvalorização do real. Pereira aponta o problema desse movimento. Segundo ele, a natureza do investimento externo favorece principalmente o setor de importação, e isso acaba por destruir o setor produtivo do país:

O objetivo de qualquer bom governo é aumentar o mercado interno, mas em uma economia razoavelmente aberta como é a brasileira não se logra esse objetivo estimulando-se o consumo de massa enquanto a taxa de câmbio se aprecia. Quando se faz isso, o mercado interno é tomado pelos importadores depois de aproximadamente três anos (o tempo que demora para que

importadores de bens industriais se organizem para importar), e a indústria nacional perde acesso tanto ao mercado externo quanto ao interno. Foi precisamente o que aconteceu no Brasil. (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 8)

E assim, novamente, voltamos ao tema já discutido anteriormente, que é a doença holandesa. Temos a destruição do setor industrial e a reprimarização da pauta de exportação.

Essa reprimarização é retratada por Paulani como uma espécie de retorno ao segundo estágio de inserção do Brasil na economia mundial, como retratado anteriormente.

Assim, do ponto de vista produtivo, a economia brasileira vai inserindo-se cada vez mais como produtora de bens primários, recuperando uma posição análoga à da segunda fase e que se pensava ter sido deixada para trás. É evidente que se tem aqui os indícios claros daquilo que se costumou chamar na literatura de Dutch Disease (ou doença holandesa), de funestas consequências para as economias que a contraem. (PAULANI, 2013, p. 244)

Boito insere nesse debate algo muito peculiar na relação do poder executivo federal com o capital rentista que ajuda a entendermos a interferência do capital financeiro nas relações dos poderes institucionais. Para o autor há uma espécie de “hiperpresidencialismo” onde as funções do legislativo são de certa forma cooptadas pelo poder executivo, com total interferência do capital financeiro, na tentativa de obter controle sobre as ações políticas tomadas. Ele aponta que esse poder distribuído de modo igualitário pode ameaçar os interesses financistas, já que a homogeneização do legislativo, na tentativa de prezar pelos interesses do capital é uma tarefa muito mais árdua do que fazer seus interesses serem atendidos pelo executivo federal:

O hiperpresidencialismo brasileiro - que consiste, fundamentalmente, na apropriação da função legislativa pelo Executivo Federal – serve aos interesses da fração hegemônica no interior do bloco no poder. Tudo que se relaciona a esse arranjo político e institucional remete, obrigatoriamente, à disputa de interesses entre as frações burguesas. Um eventual fortalecimento do Congresso Nacional e dos Executivos estaduais e municipais poderia representar uma ameaça à hegemonia do capital financeiro. (BOITO, 2018 p. 47)

Boito segue tratando dessa distorção que o mercado criou entre a importância do poder executivo sobre o legislativo, sendo, na visão do mercado o primeiro de maior importância que o segundo. A tentativa de marginalização desse poder era constante, justamente para atrair esse poder para o executivo muito mais fácil de controlar do que o poder legislativo:

Há toda uma ideologia política que legitima essa concentração, ideologia sistematizada e difundida pelos representantes, conscientes ou inconscientes, do grande capital financeiro. São elementos dessa ideologia: a ideia segundo a qual a política monetária teria um caráter técnico; a defesa

da medida provisória como consequência, também técnica, da necessidade de rapidez na ação de governar; a acusação unilateral do caráter fisiológico, paroquial e clientelista do Congresso Nacional, das emendas orçamentárias de deputados e senadores etc. Todas essas ideias legitimam a concentração do poder decisório no Executivo e a marginalização política do Legislativo. (BOITO, 2018, p.49-50)

O autor acima ainda levanta outro ponto a se considerar nessa análise de interferência do rentismo nas forças políticas das instituições. Além do ponto já citado, de obtenção de maior controle sobre as políticas econômicas adotadas, essa postura também afeta outros setores da economia como pequenas e médias empresas, já que boa parte das emendas parlamentares tinha como intuito atender os anseios dessa fração social. Boito aponta :

A detração do Congresso sugere uma suposta eficiência e grandeza política do Executivo; o discurso sobre o paroquialismo das emendas de deputados e senadores oculta que, na paróquia, estão as pequenas e médias empresas, justamente aquelas que a política econômica pretende marginalizar (BOITO, 2018, p. 50)

Baseado nessa interpretação, temos uma clara demonstração de interferência do capital financeiro nas decisões pertinentes às praças dos três poderes, alterando assim a correlação de forças dessas instituições. Para finalizar, Boito demonstra que as políticas econômicas adotadas pelo governo,

(...) define uma hierarquização das frações da classe capitalista privilegiando certas dimensões do capital em detrimento de outras: quanto à função do capital, privilegia a função financeira; quanto ao porte, privilegia o grande capital; quanto ao destino da produção, o mercado externo e a fatia de alta renda do mercado interno. À essas prioridades correspondem, uma a uma, as dimensões que são preteridas: quanto à função do capital, a produção, isto é, o capital ativo; quanto ao porte do capital, o pequeno e o médio; e quanto ao destino da produção, o mercado interno de bens de consumo populares. (BOITO, 2018, p. 51)

Temos, a partir dessa análise os agentes econômicos tomando conta das ações do Estado nas suas mais variadas esferas. Esses grupos dominantes, dentro do capital financeiro, foram ficando cada vez restrito a uma pequena parcela. Boito discorre sobre o tema:

Temos, acima de tudo, os grandes bancos comerciais - nacionais e estrangeiros — que possuem rede de agências no Brasil - Bradesco, Itaú, Unibanco, Santander, HSBC e outros. Dados do final da década de 1990 apontavam que, num universo de 200 bancos funcionando então no Brasil, 25 deles detinham, sozinhos, mais de 80% do ativo total. O balanço dos lucros dos bancos no primeiro trimestre de 2005 mostrava que os cinco maiores bancos do país respondiam por 69% de todo o lucro do sistema bancário; se considerados os dez maiores, essa parcela subia para 83% do total dos lucros. (BOITO, 2018, p.31)

Isso denuncia como o oligopólio do capital rentista foi crescendo no país, conforme o passar dos anos, onde os lucros dos grandes bancos foram crescendo e eliminando a concorrência tão caros, em teoria, aos neoliberais podendo, inclusive, dar espaço para formação de cartéis.

Boito ainda aponta o modo de atuação do capital rentista no modo como ele se valoriza nos países dependentes. O que o autor chama de “capital usuário e predador” vai ser um capital que não agrega ganhos na produtividade do país, apenas se valorizando e trazendo divisas para o setor financeiro:

No Brasil e em outros países dependentes, esse capital financeiro funciona, em grande medida, como capital usurário e predador - o capital dinheiro portador de juro que se valoriza, a taxas muito elevadas, sem financiar a produção capitalista (posse dos títulos da dívida pública, fornecimento de empréstimo ao consumidor a taxas que chegam a 8% ao mês, empréstimo consignado, a taxas ditas “populares”, dirigidos a assalariados e aposentados de baixa renda etc.). (BOITO, 2018, p.32)

O autor segue demonstrando que para essa valorização rápida do capital algumas medidas relativas ao Estado devem ser tomadas, o que novamente demonstra a cooptação do executivo pelo capital rentista como citado acima:

Para que o grande capital financeiro possa valorizar-se com rapidez e a taxas elevadas, alguns aspectos da política de Estado são, nas condições atuais e principalmente nos países dependentes, fundamentais: a) a integração do mercado financeiro nacional com os mercados internacionais[...]; b) câmbio relativamente estável e livre que permita a conversão e a reconversão das moedas sem sobressaltos ou prejuízo; c) pagamento da dívida pública externa e interna com taxa básica de juro real elevada para assegurar uma alta remuneração para os títulos públicos [...] d) liberdade para o capital financeiro cobrar o máximo possível pelo capital que cede emprestado a capitalistas e consumidores — spread liberado; e) ajuste fiscal que garanta o pagamento dos juros dos títulos da dívida pública (BOITO, 2018, p.32)

Essas medidas foram tomadas durante os governos anteriores ao governo Lula, mas ele, quando assume a presidência não altera nenhuma dessas políticas, demonstrando que o governo não só fora tomado pelo rentismo como também tinha o consentimento e o reforço do executivo federal.

Para finalizar esse tema, Boito aponta uma relação conflitiva existente entre o capital financeiro e o capital industrial, já que a total desregulamentação financeira e abertura comercial beneficiavam o setor rentista e prejudicavam o setor industrial, pois com juros elevados estabelecidos pelos financistas, a tomada de empréstimos pela elite produtivista tornou-se um entrave para o desenvolvimento do setor. Sem contar que com a abertura comercial a produção internacional tomou conta do mercado

nacional, diminuindo as chances de competitividade dos manufaturados brasileiros. A partir desses fatos Boito conclui que o setor financeiro nacional e internacional:

[...] é a fração burguesa hegemônica no modelo neoliberal porque todos os aspectos da política neoliberal - o desmonte do direito do trabalho e social, a privatização, a abertura comercial e a desregulamentação financeira - atendem integralmente aos interesses dessa fração da burguesia. Com exceção do primeiro aspecto, todos os demais contrariam, em maior ou menor medida, interesses das demais frações integrantes do bloco no poder - médio. capital, burguesia de Estado, grande capital industrial. (BOITO, 2018, p. 34)

Para concluir, temos então uma fração da classe dirigente que toma o Estado nacional a partir do período de integração comercial e financeira ao mundo, e que desde então os mais variados governos vem servindo aos interesses e demandas do mercado, fazendo com que as mais diversas políticas econômicas tenha como principal objetivo atender ao capital financeiro.

No próximo capítulo o foco vai ser os dois primeiros mandatos do governo petista. Vamos traçar um perfil do surgimento do partido, tratar de algumas questões históricas relacionadas a agremiação até a sua ascensão ao poder executivo, para, a partir daí, tentarmos elucidar se houve rompimento do governo Lula com o setor financeiro de modo radical, se de fato, como aponta o senso comum, os primeiros governos petistas tiveram um caráter socialista ou se apenas foi uma continuação de governos anteriores. Acreditamos que a partir do que foi tratado nesse capítulo já podemos ter uma breve noção de qual caminho trilhou o Partido dos Trabalhadores (PT).

## 5. Neoliberalismo e petismo: rompimento do governo com as práticas ortodoxas ou seguimentos nas ideias do governo FHC?

Para que possamos tirar alguma conclusão sobre como o Partido dos Trabalhadores chegou ao mais alto cargo do executivo nacional, dando ou não continuidade ao projeto neoliberal do governo FHC, precisamos entender a trajetória dessa agremiação, entender quais estratégias, símbolos e causas foram mantidas ou abandonadas ao longo desses anos. Para isso vamos traçar um contexto mais geral do surgimento do partido até chegarmos aos dias que o partido de fato governa o país. No que diz respeito aos governos petistas vamos nos focar mais nos primeiros dois governos com o presidente Lula, pois daremos foco ao governo Dilma e suas políticas econômicas e sociais no próximo capítulo, embora citeamos algumas passagens a sucessora petista nessa parte do trabalho.

Para falarmos do surgimento do PT precisamos necessariamente falar do sindicalismo dos grupos de trabalhadores organizados que se encontravam na região do ABC paulista, pois foi dali que surgiu uma das principais bases que engrossou o pedido de retorno ao regime democrático no país, as “diretas já!”. Esse sindicalismo teve como uma importante base de apoio nos trabalhadores metalúrgicos dessa região da grande São Paulo, onde havia um operariado com uma capacidade de organização em torno dos seus interesses que era significativa. Era um setor predominantemente controlado por um grupo mais qualificado dentro desse operariado. Eles possuíam duas concepções: Uma mais economicista, em que recusava a ação política dos trabalhadores e uma mais corporativista em que existia uma pequena cúpula desses trabalhadores organizados na área de organização e da luta sindical. (Boito, 2006).

No que diz respeito às ações políticas, os sindicalistas evitavam tal articulação “A ação e os discursos dos dirigentes desse sindicalismo traduziam basicamente a aspiração elementar pela elevação do consumo individual no mercado, apostando, para tanto, na livre negociação salarial” (BOITO, 2006, p. 283) rejeitando qualquer tipo de envolvimento dos sindicalistas com o ambiente político. Um dos membros dos sindicatos dos metalúrgicos, o então dirigente sindical Lula, acreditava que a participação política nunca resolveu nada pois, nas palavras de Boito Lula:

[...] não se cansava de repetir que os problemas dos trabalhadores seriam resolvidos com a livre negociação e rejeitava a participação do sindicalismo na luta contra a ditadura e pela Constituinte pois, como gostava de lembrar, o Brasil já tivera *cinco ou seis constituições* e nenhuma delas resolvera o problema dos trabalhadores. (BOITO, 2006, p. 283)

Porém, após a greve dos metalúrgicos em 1979 os sindicalistas se surpreenderam com a alta repressão da ditadura em relação as greves dos metalúrgicos e notaram um apoio de diversos setores populares de todo o país a favor das greves. Após esses eventos os sindicalistas resolveram se articular politicamente. Conforme pontua Boito:

Os militantes do Partido Comunista Brasileiro, que haviam fundado o sindicato de São Bernardo na década de 1960, tinham perdido quase todo espaço devido às intervenções da ditadura militar no movimento sindical, mas outras correntes – como a trotskista Convergência Socialista que atuava principalmente no sindicalismo metalúrgico de Santo André – insistiam na necessidade de os operários construírem um partido político e assumirem abertamente a luta contra a ditadura militar. Foram a repressão ditatorial, a solidariedade do movimento popular e a intervenção das correntes de esquerda que politizaram rapidamente o sindicalismo de São Bernardo e convenceram a direção sindical emergente da necessidade de criar uma ampla frente de trabalhadores assalariados e de intervir no processo político nacional. (BOITO, 2006, p. 284)

Eis que então no dia 21 de agosto de 1980 surge o Partido dos Trabalhadores. O partido emerge em resposta a opressão do regime militar e se posicionava a favor do fim da ditadura. Essa agremiação política nasce com o apoio, basicamente, de três grandes grupos sociais, eram eles os trabalhadores urbanos organizados, os trabalhadores do campo e um setor minoritário da Igreja Católica, que inclusive sofreu perseguições por parte dos seus membros. Nas palavras de Melo:

O PT surge apoiado, sobretudo, em três bases de contestação política. Primeiro, os setores dos trabalhadores urbanos através de seus sindicatos. Geralmente o emblema são os trabalhadores das multinacionais do ABC paulista, de onde Luiz Inácio Lula da Silva foi seu nome mais visível (...) O segundo ponto de apoio certamente foi representado pelo papel progressista de setores minoritários da Igreja Católica ao longo dos anos 1970, 1980, 1990. (...) Setores da Igreja Católica seguiram fielmente os ensinamentos de seu inspirador maior (Jesus Cristo) e entenderam não ser possível servir aos pobres sem denunciar a opressão, a violência de classe e a exploração no Brasil.(...) A terceira frente foi representada pela organização política dos trabalhadores do campo no Brasil. Temos claro que os direitos dos trabalhadores do campo foram reconhecidos tardiamente em relação aos seus colegas urbanos, mas mesmo isso não tem impedido violações das mais diversas. (MELO, 2017, p. 32)

Ou seja, o partido nasce do apoio de setores mais progressistas da sociedade que ingressaram na luta contra a ditadura, na defesa de causas muito afins ao pensamento do partido dos trabalhadores.

As massas de operários, na citada região do ABC paulista, onde se encontra o maior parque industrial do Brasil, já se organizavam em protestos contra a ditadura em 1984 com as “Diretas já!”. Após intensos protestos, em 15 de março de 1985 é

decretado o fim da ditadura e em 1987 é redigida uma nova constituição que passou a vigorar no ano de 1988. É nesse cenário que ocorre as eleições presidenciais de 1989. Na figura do líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva e de outros expoentes da ala progressista no Brasil, como Leonel Brizola, o país vive um momento de avanço nas lutas por igualdade social, por melhorias em condições básicas de saúde, educação e outras áreas que fora deixado de lado pelos inúmeros governos.

Empunhando bandeiras como a da auditoria da dívida externa, a ofensiva progressista parecia muito bem articulada e pronta para o enfrentamento com a direita representada principalmente na figura de Fernando Collor de Mello. Além da revisão das contas externas, na ala da esquerda havia outras reivindicações como ilustra Machado (2009): “O acirramento político-ideológico entre esquerda e direita evidencia-se a partir das propostas dessas candidaturas, ao tematizarem questões como a auditoria da dívida externa, a reforma agrária e o controle de preços oligopolizados.” (MACHADO, 2009, p. 24)

Dada essa configuração do cenário de acirramento político e levando em consideração a massa de trabalhadores principalmente do setor automobilístico extremamente articulada àquela época com um senso de mobilização muito grande, fez com que determinadas fatias da sociedade, mais precisamente os militares, as elites e a classe média ficassem temerosas de uma ascensão ao poder de um grupo que certamente poria em risco seus privilégios, como expressa Machado:

Nesta eleição, o então presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mário Amato, ameaçou retirar 800 mil empresários do país rumo a Miami, caso Lula fosse eleito. Os militares, por sua vez, insinuaram que se ele fosse eleito, não tomaria posse; se tomasse posse, não assumiria; e se assumisse, não governaria. Tanto os empresários como os militares demonstravam o seu “apego” à jovem democracia brasileira (MACHADO, 2009, p. 25)

Com auxílio de todo o aparato financeiro e midiático, o candidato da direita vence o pleito daquele ano. Um fato curioso que vale a pena ressaltar foi o famoso caso onde as Organizações Globo fizeram uma edição de um debate entre o candidato Lula e Collor no segundo turno onde Fernando Collor de Mello teria sido favorecido pela edição do debate que fora veiculada no noticiário “Jornal Nacional”, demonstrando o tendencioso modo de cobertura do debate por parte da emissora carioca, que inclusive anos mais tarde veio a reconhecer que essa edição de fato favoreceu o candidato da direita.

Após essa derrota, onde havia no cenário político algumas condições para a ascensão de um governo de esquerda, o Partido dos Trabalhadores fizera uma revisão de suas estratégias políticas para os certames seguintes, onde Lula dizia que só concorreria a novos pleitos se fosse para vencer. Com isso, ao longo do tempo, o PT sofreu algumas alterações estruturais no modo de fazer política e de concorrer as eleições. Estava dada o início de sua guinada rumo ao distanciamento da sua base social. Nas palavras de Machado

Lula advertiu publicamente que só concorreria em novos pleitos se fosse para ganhar. Estava dada a senha das mudanças de estratégia eleitoral das eleições seguintes os 'marqueteiros' passaram a ser os comandantes das campanhas, a ponto de o PT contratar, no pleito de 2002, o mesmo publicitário de Paulo Maluf; as propagandas de TV "substituíram" os comícios, marchas e passeatas; e os militantes "deixaram" as ruas e foram trocados por 'cabos eleitorais'. (MACHADO, 2009, p. 25)

Ou seja, o Partido dos Trabalhadores havia abandonado sua base eleitoral e partido rumo as práticas tradicionais da velha política. Abandonando suas bandeiras pouco a pouco e assumindo novas características. Ainda segundo Machado:

Se nos anos 1980 o PT tinha um discurso mais classista, na década seguinte, a cidadania ocupa o seu lugar e as classes trabalhadoras são "desalojadas" dos discursos e das práticas partidárias. Não é à toa que na eleição para governador de São Paulo, em 1982, nos estertores da ditadura militar, o slogan do partido era "Trabalhador vota em trabalhador" e na campanha de Luiza Erundina à prefeitura de São Paulo, em 1988, era "São Paulo para os trabalhadores". Por sua vez, nas eleições presidenciais de 1998, o slogan mudou e as classes trabalhadoras "desapareceram": "O Brasil que o Brasil conhece". E, em 2002, o tema não classista permaneceu: "Brasil para todos". (MACHADO, 2009, p. 24)

Sobre essas alterações de características do partido Melo aprofunda:

Mas essa característica começa lentamente a ser alterada dentro do PT. A chance de vencer a eleição nacional exigiria ser como os outros e romper com uma série de práticas políticas que até então marcaram a história do partido. Como define com clareza Virgínia Fontes, seria preciso aprender a seguir o comportamento pragmático do adversário, diminuindo ou mesmo cancelando qualquer diferença entre visões de mundo e práticas políticas. Isso só seria viável com profundas alterações. Alianças eleitorais pragmáticas com qualquer partido (menos PSDB PFL/DEM); financiamento empresarial para campanhas; participação de governos estaduais e municipais com partidos de direita (PMDB, PTB, PP) em nome de cargos. Nesse caso, mais do que a participação no governo, a composição com antigos adversários históricos. Em cada lugar os filiados do PT tiveram que estranhar participar de coligações e governos de que haviam sido ferrenhos adversários num passado recente (MELO, 2017, p. 36)

O PT então, ao longo da década de 1990 e dos anos 2000, mudou completamente seu discurso, sua ideologia e seu 'modus operandi'. Uma das maiores

demonstrações dessa mudança radical do discurso do partido dos anos 1980 para os anos 2000, foi a Carta ao povo brasileiro que apesar do nome, acenava principalmente para a classe média e a classe dirigente, numa tentativa de diminuir o temor dessas classes em caso de uma eventual vitória no pleito. Nessa carta Lula afirma que respeitaria os acordos nacionais e internacionais caso vencesse as eleições, dizendo, inclusive, que a burguesia seria muito bem vinda para a construção de um projeto de país. Estava dada a política de conciliação de classe proposta pelo governo Lula naquele ano, a eleição é vencida e pela primeira vez o Partido dos Trabalhadores é alçado à presidência da república.

Os primeiros passos de Lula são dados e o distanciamento da sua base, os trabalhadores organizados, e a aproximação com as elites fica cada vez mais evidente. Uma dessas amostras sintomáticas de mudança de política está na escolha do seu vice-presidente. Para acalmar o mercado financeiro e classe dirigente, Lula foi cirúrgico na escolha dos membros do governo, a começar pelo seu vice-presidente, o industrial do setor têxtil, José Alencar. Nas palavras de Melo

Nas eleições de 2002, essa nova configuração foi representada por uma série de mudanças nas estratégias eleitorais utilizadas pelo PT. Como vice-presidente, foi escolhido o então senador José Alencar (PL/MG, atualmente PR), importante industrial do setor têxtil e vice-presidente da confederação Nacional das Indústrias (CNI), abrindo portas para uma aceitação do grande empresariado industrial brasileiro, hostil a Lula da Silva e ao PT. Mesmo que o partido de José Alencar tivesse poucos parlamentares e, naquele momento, poucas vitórias em executivos estaduais e municipais, a sua atuação como importante empresário já o habilitava a compor a chapa com Lula da Silva, segundo concepções de mundo em voga no PT (MELO, 2017, p. 37)

E Melo segue apontando o alinhamento de Lula com a elite:

O ponto mais aguardado pela burguesia financeira era, sem dúvida, a garantia de que haveria o respeito aos contratos e obrigações do país, para usar a expressões presentes na carta. A nomeação de Henrique Meireles para a Presidência do Banco Central, um ex-funcionário do Banco de Boston que havia sido eleito deputado federal pelo PSDB de Goiás, preferindo sequer tomar posse, foi emblemática. (MELO, 2017, p.38)

O atendimento dos anseios da elite rentista nacional e internacional encontrava eco na elevação da taxa básica de juros promovida pelo governo, isso foi uma demonstração prática de que o governo estava a serviço do mercado. Segundo Melo:

A partir de uma suposta ameaça de bancarrota financeira, o governo Lula da Silva e do PT teve seu início em 2003, mantendo e ampliando os elementos da política econômica e fiscal do governo FHC/PSDB. A surpreendente elevação da taxa básica de juros, que chegou a atingir 26,5% ao ano, o aumento voluntário do superávit primário de 3,75% para 4,25% do PIB e a reforma da previdência social dos servidores públicos deram mostras suficientes de que o processo de finança mundializada estaria garantido no governo Lula da Silva (MELO, 2017, p 39)

Uma reclamação constante da elite industrial em relação ao governo FHC, era o fato de Fernando Henrique ter alijado essa parcela da sociedade de seu governo, onde houve um processo de privatização enorme e um neoliberalismo extremo. A indústria nacional, então começou a ruir em função da baixa competitividade no contato com o mercado internacional.

Lula acabou por radicalizar um processo que havia começado no final do segundo mandato do governo FHC. Após a crise cambial de 1999, o governo de Fernando Henrique se propôs a desvalorizar o real, para que o produto nacional tivesse competitividade no mercado exterior “[...] em seguida, desvalorizou o real, abandonou a sua política de déficit na balança comercial e partiu para uma política de balança comercial superavitária.” (BOITO, 2005, p.8).

Ainda segundo Boito:

Na campanha eleitoral de 2002, já estava claro que essa correção de rumo deveria se manter. Fernando Henrique Cardoso talvez não fosse o timoneiro mais indicado para dirigir o barco nessa direção. Lula, o seu partido e a CUT, ao contrário, sempre estiveram politicamente próximos da Fiesp quando essa protestara, ao longo da década de 1990, contra os “exageros” da abertura comercial e contra os juros elevados. Uma vez no governo, Lula decidiu radicalizar na direção desse ajuste. Iniciou a sua política agressiva de exportação, centrada no agronegócio e nos produtos industriais de baixa densidade tecnológica, e implementou as medidas cambiais, creditícias e outras necessárias para manter essa política. (BOITO, 2005, p. 8)

Assim a elite industrial encontrava um lugar de conforto que não havia encontrado no governo FHC, em função de ter sido excluída de todo esse processo, assim assumindo um local de hegemonia no novo governo, embora esse lugar fosse em segundo plano, já que com a política superavitária adotada pelo governo Lula, o principal foco dele tenha sido o capital financeiro.

O governo então tinha trazido alento a uma das várias camadas da sociedade, e no seu projeto de conciliação, faltava agradar as massas, e assim o fez com um programa de distribuição de renda, o Bolsa Família, atendendo a uma parcela significativa da população brasileira abaixo da linha da miséria, dando acesso a bens e serviços àquela parcela da população excluída, embora isso fosse algo irrisório na mudança da estrutura social do país.

Porém, o que parece ser algo como um grande feito do governo petista, não exigiu um esforço hercúleo para conseguir implementar esse programa, já que vários deles já existiam de modo separado desde o governo Sarney em forma de auxílio gás,

auxílio leite, entre outros tipos de auxílios. Lula apenas unificou o programa e lhe deu maior aporte financeiro, que também não exigiu uma grande engenharia financeira dos cofres públicos como aponta Boito.

O Governo Lula unificou tudo isso numa bolsa família e aumentou um pouco a dotação orçamentária para esse fim. Não são direitos, são sobras de caixa que dependem do humor de Antonio Palocci, isto é, do humor do capital financeiro. (BOITO, 2005, p.10)

Ou seja, se por um lado Lula não media esforços para conseguir trazer para o seu lado o capital financeiro e o setor industrial, por outro lado dava as camadas mais pobres o que sobrou para que mantivesse a população acalmada, desorganizada e desinformada pois “sabe que a organização do povo poderia criar uma situação que o obrigaria a substituir a oferta de bolsas pela consolidação de direitos.” (BOITO, 2005, p.10)

Em relação a esse programa de transferência de renda, Melo é contundente e diz que:

Com uma parcela mínima do PIB, os programas de renda mínima atingem aproximadamente 45 milhões de brasileiros que estavam na mais estreita miséria e indigência. Efetivamente, isso significa que o programa bolsa família representa em torno de 0,5% do PIB, atingindo um enorme contingente populacional, ao mesmo tempo em que o superávit primário e o pagamento de juros destinam perto de 9% do PIB para as frações rentistas, que investem em títulos da dívida pública brasileira. Se inegavelmente os setores mais empobrecidos estão em situação menos drástica, também é possível defender que isso não foi barreira para aumento da concentração de renda e da desigualdade. (MELO, 2017, p. 41)

Sobre esse momento do país Machado define:

O governo Lula provocou uma redefinição na composição do bloco no poder, dando maior alento ao neoliberalismo, salvando-o da crise em que se encontrava no final do último mandato do governo Cardoso. Além de trazer para a sua base de apoio as frações da burguesia interna e do agronegócio, “alijadas” na gestão de seu antecessor, atraiu os setores mais pobres da população – os “descamisados” – que outrora (nas eleições de 1989) votaram em Collor. (MACHADO, 2009, p. 29)

Porém, em relação aos trabalhadores organizados, que deram sustentação ao partido desde a sua formação, foi dada como “presente” a reforma da previdência, arrocho salarial entre outras medidas, “política social meramente compensatória [...]”. Os dados relativos a 2003 indicam uma nova queda no salário médio e uma piora na concentração da renda no país.” (BOITO, 2006, p. 273) mostrando assim que o governo deu as costas para sua base e que havia mudado radicalmente sua ideologia em relação às ideologias presentes nos anos 1980. Segundo Boito:

Porém, para os trabalhadores organizados, o Governo Lula não fez concessão. Continua sonhando uma política salarial e mantém o arrocho dos salários com mão de ferro, é omissa diante do drama do desemprego,

retirou direitos previdenciários do setor público e, também, do setor privado, enfim, não trouxe nada de novo. Porém, o Governo Lula não ficou parado. Ele recuperou e ampliou o populismo conservador de Collor e de FHC. As reivindicações dos trabalhadores organizados são preteridas, pois o seu atendimento custaria muito caro ao capitalismo brasileiro e ao capital financeiro, mas, ao mesmo tempo, o governo passa a fazer demagogia social com os trabalhadores pauperizados, desorganizados e politicamente desinformados. (BOITO, 2005, p.8)

A. U. de Oliveira (2008) aponta outras mudanças de rumo em relação as bandeiras defendidas pelo partido quando se refere a questão agrária, uma pauta historicamente defendida pelo Partido dos Trabalhadores e que foi um dos motivos de seu surgimento. Segundo ele, o II Plano Nacional de Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento “tinha como meta um, implantar em cinco anos 550 mil novos assentamentos, e, como meta dois, regularizar 500 mil posses” porém, quando analisados com esses valores de modo mais específico, Umbelino de Oliveira destaca que os dados do governo englobam a relação de beneficiários e as chamadas RBs, não fazem referência apenas a novos assentamentos mas também em assentamentos em regularização fundiária, logo:

Assim, mesmo com muitos limites, é possível começar a fazer o balanço do II PNRA. Mas, os dados das RBs divulgados pelo INCRA, em decorrência dos motivos apontados anteriormente, precisam ser desagregados. Feita esta desagregação, entre 2003 e 2007 o governo Lula assentou apenas 163 mil famílias referentes à meta um – novos assentamentos. Portanto, cumpriu somente 30% da meta de 550 mil famílias que ele tinha prometido assentar. Não cumpriu também a meta dois que referia à regularização fundiária de 500 mil posses, pois regularizou apenas a situação de 113 mil famílias, ou seja, atingiu apenas 23% da meta. Entre os dados restantes estão 171 mil famílias referentes à reordenação fundiária, ou seja, a situação de regularização em assentamentos antigos, e o que é mais absurdo a inclusão de cerca de duas mil famílias referentes à reassentamento de atingidos por barragens, que em absoluto trata-se de reforma agrária. (OLIVEIRA, 2008)

Ou seja, para que parecesse que o governo atingiu as metas de novos assentados, resolveu-se colocar os assentamentos antigos como novos assentamentos regularizados, assim passando a sensação de ter atingido a meta proposta.

Oliveira também faz menção ao fato de como o governo Lula tenta conciliar a reforma agrária com os interesses do agronegócio, onde essa regularização fundiária e novos assentamentos, não interferem no desenvolvimento dos grandes latifundiários:

Assim, como tenho afirmado a política de reforma agrária do governo Lula está marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la apenas nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente, acoplada à

expansão do agronegócio no Brasil. É como se estivesse diante de uma velha desculpa: o governo Lula finge que faz a reforma agrária, e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa também, fingir acreditar. (OLIVEIRA, 2008)

Com isso Umbelino de Oliveira conclui de maneira contundente sobre a reforma agrária que ocorreu durante o governo Lula:

[...] a primeira e principal conclusão que se pode tirar do balanço do II PNRA, é apenas e tão somente uma: o governo Lula do Partido dos Trabalhadores também não fez a reforma agrária. Afinal esperava-se que Lula cumprisse sua histórica promessa de fazer a reforma agrária, a pergunta então deve ser: porque também seu governo não faz a reforma agrária? E, a resposta também é uma só: seu governo decidiu apoiar totalmente o agronegócio (OLIVEIRA, 2008).

Temos, a partir da análise de Umbelino de Oliveira, um abandono quase que total de um setor da sociedade que foi uma das bases de apoio do partido durante todo o período de sua existência até a ascensão ao poder.

É possível notar, através de todas essas análises, como o partido gradualmente foi alterando seu discurso e consequentemente sua roupagem, e se adaptando ao ‘modus operandi’ da política de governos anteriores, não acrescentando nada estruturalmente novo ao cenário político, econômico e social, exceto por algumas políticas sociais pontuais que foram importantes para as classes menos favorecidas, mas que não causaram alterações significativas no cenário de extrema desigualdade existente no país. O governo Lula se resumiu a intensificar as políticas neoliberais iniciadas, de fato, no governo FHC, adotando o tripé macroeconômico que tanto agrada ao setor rentista.

Posteriormente ao governo de Lula da Silva, a presidente Dilma tinha uma vertente voltada ao nacional desenvolvimentismo, e em função dessa sua orientação de política econômica, não seria possível continuar com um sistema que adota o tripé macroeconômico com base de desenvolvimento. Bresser- Pereira (2012, p.9) levanta esse ponto onde Dilma “por ocasião da formatura de novos diplomatas, declarou que para se desenvolver o Brasil precisa ‘equacionar as três amarras do país: taxa de juros alta, câmbio e impostos altos’”, ficando claro que sua política seria diferente de seu antecessor já que o crescimento do país, até então, era muito pequeno para a realização de um ‘catching up’, (Bresser-Pereira, 2012, p. 9) pois superávit primário, metas de inflação e câmbio flutuante atendiam apenas a remuneração do setor rentista. Como explica Bresser-Pereira:

O tripé macroeconômico ortodoxo (superávit primário, câmbio flutuante e metas de inflação) é constituído por esses três conceitos genéricos que, afinal, resultam em dois parâmetros e um único objetivo que interessam a uma coalizão política neoliberal formada por capitalistas rentistas e

financistas. Os dois parâmetros são uma taxa de juros nominal a mais alta possível e uma taxa de inflação a mais baixa possível; o objetivo final é uma taxa de juros real elevada, que remunere os capitalistas rentistas e os financistas que administram sua riqueza.

(BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 9)

Definitivamente esse tipo de política não fazia parte dos planos do governo Dilma e em algumas de suas medidas ela reduziu a taxa de juros à 3% ao ano e depreciou o câmbio. Essas alterações causaram certo mal-estar na classe rentista, mal-estar esse que será melhor detalhado no capítulo posterior desse trabalho, mas Dilma via como necessário, para o seu projeto nacional desenvolvimentista, essas medidas que inevitavelmente entrariam em choque com esse setor.

Bresser-Pereira (2012, p. 10) argumenta que a depreciação do câmbio que a presidente fez para obter preços competitivos no setor industrial com o mercado internacional (de R\$ 1,65 para R\$ 2,05 por dólar) não foi o suficiente para o desenvolvimento desse setor, pois seria necessário uma taxa de R\$ 2,75 por dólar. Esse respaldo, segundo o autor, não foi encontrado pela da sociedade entre outros motivos por ela não entender a importância de uma “taxa de câmbio que faça com que o real flutue não mais em torno do equilíbrio corrente, mas do equilíbrio industrial” e que “a hegemonia da ortodoxia liberal é ainda muito grande”. Para Bresser-Pereira, Dilma encontra grandes dificuldades em desenvolver seu projeto político em função de:

Em primeiro lugar, porque o poder dos exportadores de commodities tem impedido que se imponha um imposto variável sobre suas exportações que permita que a taxa de câmbio se aproxime do nível de equilíbrio industrial. Segundo, porque o governo teme o pequeno aumento da inflação que decorrerá da depreciação. Terceiro, porque teme as consequências (sic) impopulares da redução dos salários que ocorrerá no curto prazo, não obstante ela seja temporária (um pouco adiante, com o aumento dos investimentos e do crescimento, os salários passarão a aumentar fortemente). E, finalmente, porque bancos e empresas endividadas em moeda forte não querem ouvir falar de desvalorização cambial. (BRESSER-PEREIRA, 2012, p.11)

Dada essa situação, torna-se difícil criar condições necessárias para o desenvolvimento do setor secundário em obter competitividade internacional já que há uma sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio e esse preço macroeconômico acaba sendo um dos principais entraves para o desenvolvimento dessa área da economia.

Após essa análise podemos tirar algumas conclusões a respeito de como os governos petistas conduziram a política econômica e social do país. Cai por terra, por

exemplo, o argumento de muitos políticos, jornalistas, analistas políticos de que a administração petista tinha um “viés esquerdista”, já que o governo Lula acabou dando sequência as práticas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso fazendo uso, por exemplo, do tripé macroeconômico e mais do que isso, aprofundou as relações do Estado brasileiro com os agentes econômicos neoliberais e do agronegócio, trazendo esses grupos para dentro do palácio do planalto.

A partir disso, também, podemos concluir que a presidente não teria vida fácil frente a esses setores, rentista e agrário, que iniciaram um ganho de musculatura e protagonismo no último governo FHC - após terem sido aliados de sua administração no primeiro mandato - e que, como disse anteriormente, acabou consolidando sua hegemonia durante as duas presidências de Lula da Silva.

No próximo capítulo, trataremos mais detalhadamente dessas dificuldades que o governo Dilma enfrentara para o desenvolvimento de suas políticas novo-desenvolvimentistas, e os impactos em determinados setores da sociedade causaram e que acreditamos terem sido determinantes para a queda da presidente.

## 6, O impeachment de Dilma Rousseff e a interferência do neoliberalismo no seu processo de queda

Antes de tratarmos dos fatores que levaram a queda da presidente Dilma Rousseff é necessário antes de tudo, contextualizarmos a situação na qual a presidente recebeu o país de seu antecessor e padrinho político. O presidente Lula, cumprindo o acordado com o setor rentista na “Carta ao povo brasileiro”, acentuou medidas que já vinham desde o governo FHC, como desvalorização do real e política de balança comercial superavitária. Ademais, o contexto internacional fez com que o valor das ‘commodities’ no Brasil tivesse um valor exorbitante, o que gerou ao Brasil um superávit primário em que “os juros permanecem em patamares extremamente altos e os superávits primários elevam-se para além dos níveis exigidos pelo próprio Fundo Monetário Internacional” (Paulani, 2013, p. 237).

O Governo Lula a cada ano mostrava resultados de PIB muito significativos, o que agradava o mercado e principalmente o setor rentista, que encontrava juros altos no Brasil e, conseqüentemente, um excelente retorno de capital. Portanto, em 2010, Dilma encontra um país com altas taxas de juros, grande presença do capital rentista no país e uma acentuação de um problema estrutural e histórico do Brasil que é a doença holandesa (já discutida anteriormente nesse trabalho). Como pontua Bresser-Pereira:

Em consequência, a herança macroeconômica que a presidente Dilma recebeu foi pesada: uma taxa de juros elevada, e uma taxa de câmbio altamente sobreapreciada. E no início de seu governo, em janeiro de 2011, o país já não podia mais contar com aumento dos preços das commodities exportadas que haviam tanto beneficiado seu antecessor. (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 6-7)

Porém, a presidente Dilma, ao contrário de Lula, tinha uma visão nacional desenvolvimentista muito mais arraigada, com entendimento diferente sobre desenvolvimento. Dado esse contexto, Dilma tinha que alterar algumas políticas já que a situação em questão não favorecia o desenvolvimento de sua plataforma econômico-política. É daí que a primeira presidente mulher eleita no Brasil inicia sua saga. Tendo que enfrentar uma imensa resistência por parte do mercado a implementação da sua matriz econômica, a presidente, aproveitando o momento de bonança econômica ainda por conta do alto preço das commodities, implementa políticas que tendem a atender a demanda do setor industrial e isso lhe causaria problemas que mais tarde iria refletir em sua deposição.

A queda da presidente Dilma Rousseff não pode ser considerada a partir de um único fator e também não podemos considerar que esse processo teve início no seu próprio governo; diversas situações levaram a presidente a sua deposição. Podemos enumerar situações, algumas das quais iremos abordar ao longo desse capítulo, como a crise financeira global, conjuntura política nacional, oportunismo político inclusive questões climáticas, como residiu no fato de após reduzir as tarifas de conta de luz, haver uma das maiores estiagens dos últimos tempos, forçando a presidente a ter que aumentar novamente as tarifas de energia, o que causou certo desconforto em uma parcela da sociedade.

Mas, de todos esses fatores citados acima, daremos ênfase em dois deles que podemos considerar de extrema relevância para a deposição de Dilma Rousseff do poder, são eles: a grande elite, tanto a rentista como a produtivista, além do poder da burguesia rentista internacional, que guarda certo lastro de relação com a burguesia interna associada. E o outro fator que podemos considerar é a disposição das classes sociais no Brasil. A composição desses grupos, como se deu toda a movimentação de peças nesse tabuleiro e a articulação das diferentes frações da sociedade na construção do ‘impeachment’ da presidente vai nos dar um pouco mais de clareza de como chegamos a esse ponto.

Não que os demais fatores não tenham interferido na queda da presidente, mas consideramos que esses dois são a espinha dorsal de todos os acontecimentos que viriam a se desenrolar posteriormente. Vamos então dividir esse capítulo em duas sessões: Uma que tratará das implicações causadas pelo setor rentista e produtivista e outra que tratará das implicações dos demais conjuntos da sociedade.

### **6.1. As classes dirigentes e suas relações com o Estado**

Através do aparato financeiro que dispunha e de diversos outros tentáculos como o poder de atuação através da imprensa tradicional, que é uma das formas do neoliberalismo implementar suas ideologias, o governo da primeira presidente mulher, democraticamente eleita foi confrontado pela fração da elite nacional e internacional. O contexto político externo de crise econômica mundial também foi um fator favorável para esse processo de declínio das políticas neodesenvolvimentistas iniciadas no governo Lula e aprofundadas pelo governo Dilma.

De modo genérico e simplista, sem mencionar outros importantes fatores, podemos dizer que as políticas de vieses progressistas perderam força em âmbito

global em função da recessão mundial e deram lugar a ascensão de grupos políticos de espectros diferentes aos até então hegemônicos. O cenário da política global, devido à crise mundial, caminhava então para uma mudança de orientação ideológica e isso foi, mais tarde, refletido em eleições de presidente de matiz política vinculada à extrema direita ao redor do mundo, como é o caso da eleição do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, dos EUA, Donald Trump, da Argentina, Mauricio Macri, além de um fortalecimento dos direitistas no continente europeu.

Mas, então, voltemos nossa atenção aos anos de governo Dilma, para entendermos o que se passou no caso nacional, quais os atores endógenos que compuseram o cenário político à época e quais fatores que movimentaram a política brasileira.

A presidente tinha um entendimento de desenvolvimento ligado ao nacional desenvolvimentismo, e para que sua matriz econômica fosse desenvolvida, a presidente tinha como importante base para a construção desse projeto, a elite produtivista interna, que é uma fração da classe dirigente. Para apostar o desenvolvimento do país no setor de produção, o governo Dilma, automaticamente, tinha que optar por uma fração de elite (produtivista) em detrimento de outra fração burguesa (rentista), pois não teria como conciliar os lucros de ambas já que elementos como taxa de juros e inflação, quando submetidos ao estresse, seja pelo viés de alta ou pela baixa dos indicadores, beneficiará uma ou outra fração dessa classe. A presidente, tendo noção disso, iria tomar algumas medidas que, segundo Bastos iriam romper com a estrutura que Lula havia deixado como legado:

Embora seu projeto de governo não fosse explicitado na campanha, seu objetivo principal logo ficaria claro: senão eliminar, minimizar o rentismo com a dívida pública como meio sistemático de acumulação de capital. Isso significa questionar o poder estrutural do capital financeiro na determinação das taxas de juros e câmbio, rompendo o pacto conservador formado pelo governo Lula em 2003. Isso seria uma grande mudança estrutural. (BASTOS, 2017 p. 17)

Isso significa que sim, Dilma resolveu comprar briga com o setor financeiro e esse caminho seria cheio de curvas sinuosas e algumas pedras no caminho. Porém, a presidente iniciara essa empreitada sem considerar as diversas formas de atuação do grande capital. Para Bastos, Dilma não se preparou para um possível contra ataque financista e não propôs nenhum tipo de campanha para apresentar argumentos técnicos de porquê apostar nessa mudança de rumo da economia política do país:

*A radicalidade desse plano* foi mascarada porque o governo o tratou de modo relativamente tímido, sem fazer uma ampla campanha pública dos argumentos técnicos que justificavam sua posição, em uma disputa pela hegemonia da interpretação convencional perante a opinião pública. O governo tampouco se preparou para o embate público no momento da reação dos interesses ameaçados, que foi capaz de se apresentar como meramente técnica e não como profundamente política, usando o controle dos meios de comunicação para dominar a narrativa e taxar o governo de “irresponsável tecnicamente” e “politicamente populista” (BASTOS, 2017, p. 17)

A presidente estava disposta a colocar no centro da agenda política do país o desenvolvimento do segundo setor; na ânsia de criar a frente neodesenvolvimentista a presidente Dilma, então, adotou um conjunto de medidas necessárias para o desenvolvimento do setor industrial, entre elas estão: Uso intensivo do BNDES, aposta na reindustrialização, desonerações, plano para infraestrutura, reforma do setor elétrico, desvalorização do real, controle de capitais, proteção ao produto nacional e dentre outras medidas a que viria a ser o principal calcanhar de Aquiles da elite rentista: A diminuição da taxa de juros. (SINGER, 2015).

Em relação a esse último item, a presidente Dilma travou uma disputa homérica contra os bancos privados, o que viria a ser chamado de “batalha do spread”. Os bancos, mesmo contrariados com a decisão do governo, acabaram cedendo às pressões em função do receio de perder clientes para os bancos públicos, que haviam baixado a tarifa aos mandos do executivo, porém não sem antes fazer algumas exigências para que tal fato ocorresse. Segundo Singer

[...] O elenco de condições, entregue ao então secretário-executivo da Fazenda, Nelson Barbosa, ia da diminuição dos impostos incidentes sobre as transações financeiras até a minoração do depósito compulsório fixado pelo Banco Central, passando pela regulamentação do cadastro positivo, que daria vantagens aos bons pagadores (SINGER, 2015, p.48)

E com isso Guido Mantega, ministro da Fazenda à época, retrucou dizendo que:

“em vez de apresentar soluções, anunciando aumento de crédito, [a Febraban] veio fazer cobrança de novas medidas do governo. Se os bancos são tão lucrativos, e isto está nos dados, eles têm margem para reduzir a taxa de juros e aumentar o volume do crédito”. (SINGER, 2015, p.?, apud MANTEGA, 2012).

Após esse episódio, tempos depois os bancos baixaram as suas taxas de juros, uma vitória do governo petista sobre o setor rentista; Dilma então caminhava a passos largos rumo ao desenvolvimentismo. Um verdadeiro triunfo do governo Dilma sobre os financistas.

Mas por quais motivos a presidente havia travado essa disputa de baixa de juros com esse poderoso setor hegemônico dentro da política nacional? Bastos elenca:

i) ganhar graus de liberdade fiscal para a execução da política social, de investimento público e subsídios aos investimentos privados; ii) ao reduzir a rentabilidade das aplicações financeiras do setor privado com risco mínimo, forçar a ampliação do investimento produtivo e em infraestrutura, apoiando-o com subsídios fiscais creditícios; ii) reduzir o diferencial internacional de juros e, assim, criar condições para a depreciação cambial, entendida como necessária para conferir competitividade internacional aos investimentos produtivos. (BASTOS, 2018, p. 17-18)

Um breve parênteses, a título de entendimento das estratégias políticas dos governos Lula e Dilma, enquanto a presidente buscava uma diminuição na taxa de juros e aumento da infraestrutura do país, Lula, ao contrário, tinha como interesse atender aos anseios do capital financeiro, primeiramente, e em seguida atender aos interesses produtivos e não que não o tenha feito, como vimos anteriormente. De acordo com Boito:

O objetivo da produção é a caça aos dólares, e o trabalhador brasileiro compra a sua comida em moeda nacional. Por isso, estimula-se especificamente a exportação e não a produção em geral. Em segundo lugar, mesmo no estímulo à exportação, é preciso não ultrapassar a medida daquilo que interessa às finanças. Mais dólares, mas, atenção! desde que esses dólares possam ser direcionados para o pagamento dos juros da dívida. Logo, o superávit primário e os juros devem permanecer elevadíssimos mesmo que isso limite as exportações. Faltam estradas, portos, funcionários em quantidade e qualidade suficientes para fazer do Brasil uma grande plataforma de exportação de produtos primários e industriais rudimentares — nem mesmo esse destino tacanho nos parece permitido. Mas, do ponto de vista do capital financeiro, não teria sentido desviar para a infraestrutura o dinheiro que deve ser reservado para remunerar os bancos — logo, em vez de investimentos em infraestrutura, tome superávit primário, com ou sem acordo com o FMI (BOITO, 2005, p. 8)

De volta as políticas do governo Dilma, ela seguiu triunfando no projeto da nova matriz econômica, alterando as regras de remuneração da poupança, mesmo sendo uma medida impopular, já que essa alteração envolve mexer em uma área que a maior parte da população faz seus investimentos. Tudo isso para diminuir o rendimento dos bancos. Guido Mantega joga mais lenha na fogueira dizendo que os bancos públicos detinham 44% do mercado interno, e dizia que “os juros cobrados pelos bancos nos cartões de crédito eram ‘escorchantes’ e, igualmente, precisavam diminuir” (Singer, 2015, p. 49)

O projeto desenvolvimentista de Dilma dava sinais de que havia trilhado um caminho virtuoso e seguindo no seu plano de atender aos anseios da elite industrial, Dilma baixou o valor da tarifa de luz. Isso fez com que, ao mesmo tempo, atendia a

pedidos da classe dirigente, também ganhava uma parcela da população devido ao apelo popular considerável dessa medida. A presidente Dilma, então, no dia 23 de janeiro de 2013 faz um discurso de vitória anunciando essa medida.

É a primeira vez que isso ocorre no Brasil [redução na conta de luz], mas não é a primeira vez que o nosso governo toma medidas para baixar o custo, ampliar o investimento, aumentar o emprego e garantir mais crescimento para o país e bem-estar para os brasileiros. Temos baixado juros, reduzido impostos, facilitado o crédito e aberto, como nunca, as portas da casa própria para os pobres e para a classe média. Ao mesmo tempo, estamos ampliando o investimento na infraestrutura, na educação e na saúde e nos aproximando do dia em que a miséria estará superada no nosso Brasil [...] (SINGER, 2015, p. 49)

A partir daí, imaginava-se que o governo da presidente iria fluir, porém as medidas de austeridade tomadas pelo governo para abrir campo para o desenvolvimento do setor industrial não surtiram efeito, apenas causou uma redução cíclica da economia. Bastos sintetiza:

Economicamente, a execução foi prejudicada por iniciar com uma primeira fase de austeridade que supostamente prepararia as condições para a queda dos juros, e que estagnou o PIB entre o segundo semestre de 2011 e o primeiro de 2012. Em seguida, a execução da NME (nova matriz econômica) atenuou, sem reverter, a desaceleração cíclica da economia apenas a partir do segundo semestre de 2012, mas começou a ser abandonada no segundo trimestre de 2013.

O problema da estratégia, portanto, é que, antes mesmo de reduzir o custo de capital, ela deprimiu as expectativas de demanda futura. Isso não foi um resultado da NME, mas sim da desaceleração cíclica e do aguçamento sem precedentes da “velha matriz econômica” em 2011. (BASTOS, 2017, p. 20)

Quando o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, revela em entrevista que a inflação vinha encontrando resistência e que o governo vinha analisando propostas de, de repente, alterar sua política monetária (Singer 2015, p. 50) o mercado vem abaixo.

Antes de seguirmos, é importante mencionar essa política contracionista do governo Dilma. A ideia do Planalto era diminuir os gastos para que os juros baixassem e assim propiciasse o avanço do neodesenvolvimentismo, porém o que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, não contava, era com a recessão europeia no segundo semestre de 2011. (BASTOS, 2017). Essa contração é melhor detalhada por Bastos:

[...] a política fiscal foi fortemente contracionista em 2011. Em valores reais (de 2015), o superávit primário aumentou R\$ 56 bilhões entre 2010 e 2011, ou 1,28% do PIB. As receitas cresceram à taxa de 5,4% em 2010 e de 8,1% em 2011, mas as despesas cresceram à taxa de 6,1% em 2010 e apenas 1,7% em 2011. O crescimento das despesas foi pequeno, mas ainda assim mascara o tamanho da austeridade e a mudança no perfil do gasto público. Em termos reais, o investimento público caiu 13,4% (ou R\$8,6 bilhões), o gasto com pessoal caiu 0,7%, o gasto em custeio nada cresceu e o investimento das empresas estatais caiu 8,6%. Entretanto, os subsídios

aumentaram 35%, ou R\$ 11,2 bilhões, sendo R\$ 9,3 bilhões para o programa Minha Casa Minha Vida. Entre 2011 e 2014, o padrão foi seguido: o investimento público caíria 1,1% a.a., mas os subsídios aumentaram 23,8% a.a. (BASTOS, 2017, p. 19-20)

Feito a pausa pertinente, prossigamos. Nesse contexto de iminente alta dos juros, os investidores passaram a acreditar que de fato isso ocorreria, e isso desmontava todo o projeto que a presidente Dilma havia construído de juros baixos para uma maior produção industrial e o capital rentista já olhava essa situação de modo muito mais atento. Nos meses que se seguiram, a taxa de juros foi aumentando, houve mais cortes nos investimentos públicos, privatizações na área de transportes entre outras medidas, mostrando um retrocesso no projeto novo desenvolvimentista e um avanço da poupança externa no Brasil. Uma forte sinalização de que o neoliberalismo estava voltando a grandes cargas sob a economia brasileira.

Para agravar a situação, a grave crise de 2008-09 que o mundo, em parte, havia superado, voltou a se deteriorar em 2011 em função do baixo crescimento dos EUA e a crise do euro (Bresser-Pereira, 2012). Com isso tivemos uma junção de fatores que reduziram o PIB do país. O Brasil, em função de sua inexistência de uma política industrial sólida que perdurava desde os anos 1980, além da ausência do desenvolvimento de ‘know how’ tecnológico, não tinha em sua matriz exportadora produtos de alto valor agregado e o mercado interno se encontrava deteriorado. Com a crise europeia em 2011 o baixo consumo de ‘commodities’ brasileiras diminuiu, o que fez o nosso produto interno diminuir e as pressões aumentarem sob o governo Dilma.

A partir de abril de 2013, quando os juros começaram a subir, vamos sentindo o avanço das instituições capitalistas, mídias e articulistas criticando o ativismo estatal do governo petista, dizendo que o governo deveria diminuir os gastos ineficientes e dar maior fluidez ao mercado. A cabeça de Guido Mantega foi pedida pelo capital privado e a presidente Dilma foi perdendo espaço e precisando recuar aos poucos. Sua política estava começando a sofrer um revés neoliberal cada vez mais intenso. Bastos aponta como era a atuação da imprensa em casos de desagrado ao setor rentista:

Se eventualmente a inflação subisse e o Banco Central não elevasse a taxa de juros, era sujeito ao bombardeio midiático contra a suposta interferência política em sua autonomia operacional. Se eventualmente a arrecadação tributária desacelerasse e o gasto primário não seguisse a mesma direção, o governo era atacado por não cuidar da credibilidade da trajetória da dívida pública nem da própria inflação. (BASTOS, 2017, p. 27)

Importante tratarmos nesse momento do modo como opera a elite industrial diante desse processo ao longo de sua história no país, pois ela também será determinante no desenrolar da crise política e econômica. André Singer (2015) vai apontar a fluidez do posicionamento de uma classe dirigente produtivista como um dos alicerces para enfrentamentos políticos que a presidente Dilma viria a ter no final do primeiro mandato. Segundo Singer, faltou planejamento político da situação em questão e de analisar o que já ocorrera no país na década de 1960 quando também se teve a ideia de implementação de um programa de governo predominantemente nacionalista.

Em ponto pequeno, o ensaio desenvolvimentista de Dilma teria, assim, seguido as pegadas da década de 1960. Na partida, a burguesia industrial pede ofensiva estatal contra os interesses estabelecidos, pois depende de política pública que a favoreça. Para isso, alia-se à classe trabalhadora. No segundo ato, os industriais “descobrem” que, dado o passo inicial de apoiar o ativismo estatal, estão às voltas com um poder que não controlam, o qual favorece os adversários de classe, até há pouco aliados. No terceiro episódio, a burguesia industrial volta-se “*contra seus próprios interesses*” (Cardoso) para evitar o que seria um mal maior: Estado demasiado forte e aliado aos trabalhadores. Une-se, então, ao bloco rentista para interromper a experiência indesejada. (SINGER, 2015, p.66)

Retornando ao governo Dilma, a história parece caminhar para uma repetição, e aqui temos uma demonstração do “primeiro ato” dos empresários que foi citado acima. O setor industrial, representado pela FIESP, aliados a CUT e outras entidades sindicais entregaram ao, até então vice presidente da república Michel Temer, uma cartilha chamada “Brasil do diálogo, da produção e do emprego” em que nas palavras de Singer:

A “crescente reprimarização da pauta de exportação”, a “substituição da produção doméstica por produtos e insumos industriais importados” e a “expressiva queda do conteúdo nacional na produção” fez acender “uma luz amarela” e empurrou os parceiros para a ação conjunta. (SINGER, 2015, p.54)

Ou seja, exigia-se algumas intervenções do Estado que foram, em sua maioria, prontamente atendidas pelo governo Dilma. Entretanto, os interesses do setor industrial foram se transmutando até chegar a um ponto em que a elite industrial se aliou a elite rentista, exigindo do Estado uma flexibilização da CLT e uma maior desregulamentação do Estado, pois acreditava-se que os encargos trabalhistas e a regulamentação impediam o setor industrial de se desenvolver, tema que iremos desenvolver melhor ao longo deste capítulo.

A aceitação da elite produtivista de um governo progressista, segundo Boito (2018, p. 292) foi por conta da penúria que esse grupo passara nos anos FHC, onde

o tucano priorizou a privatização para a grande classe dirigente nacional e internacional, deixando boa parte da classe dirigente interna fora desse processo. Os governos petistas pondo essa fração burguesa em um lugar de maior conforto foi importante para que os industriais não se colocassem contra políticas como “valorização do salário mínimo, transferência de renda, reconhecimento do direito dos trabalhadores à luta reivindicativa, expansão do serviço público”, entretanto a situação começou a se alterar a partir de 2013.

Porém, para Bastos esse não parece ter sido o único motivo de rompimento da frente neodesenvolvimentista como o governo que a presidente tanto cultivara. Para o autor, o silêncio do setor industrial diante dos ataques do setor financeiro as baixas taxas de juros podem ter ocorrido por outras três questões:

Primeiro, empresas não bancárias também dispõem de aplicações financeiras que, em tese, podem compensar a queda de rentabilidade dos investimentos produtivos, sobretudo sempre que as vendas caíam quando os juros aumentam. Dessa vez, contudo, a estratégia de diversificação não oferecia segurança, porque o ritmo de vendas e a taxa de juros caíam juntos, gerando pressões simultâneas sobre a lucratividade industrial e financeira. Para empresas com saldos ociosos que não encontram oportunidades de investimento produtivo por causa da conjuntura incerta ou recessiva, não há melhor subsídio público do que poder aplicá-los em títulos da dívida pública com juros elevados e risco nulo.

Segundo, parecia haver o interesse de barrar o avanço político de uma presidente que cometeu o pecado de politizar e mobilizar apoio popular, por exemplo, em declarações públicas no Primeiro de Maio de 2012 sobre uma questão distributiva essencial para uma fração do capital, que sempre pareceu terreno da neutralidade técnica: afinal, depois do ataque público aos *spreads* bancários, quem seria o próximo a sofrer um ataque “arbitrário” do governo? Ou seja, a solidariedade de classe contra a intervenção estatal “populista” voltada ao “macro gerenciamento” de margens de lucro setoriais pode ter tido importância aqui.

A terceira hipótese é que há empresas que não precisam de juros baixos nos bancos comerciais, pois não dependem de empréstimos privados, tendo fundos líquidos ou acesso prioritário ao crédito público subsidiado. (BASTOS, 2017, p. 29-30)

Portanto, os inúmeros esforços que o governo Dilma havia feito, enfrentando o imenso poderio do capital rentista, baixando os Spreads, investindo em infraestrutura, entre tantas outras medidas foram desconsideradas pelo capital industrial que se aliou a sua outra fração de sua classe, os financistas.

O que o governo Dilma almejava no seu plano desenvolvimentista era um fomento a indústria nacional e com isso alterar a matriz de exportação do país com produtos manufaturados, além de fazer gerar novos postos de trabalho diminuindo o desemprego, já que, aparentemente, havia uma convergência de ideias, em determinados aspectos, das entidades sindicais com a elite industrial, porém nem a presidente e nem as centrais sindicais fizeram uma análise precisa dos reais

interesses do setor, e em relação a isso Boito (2005) fez, ainda durante o governo Lula, uma análise quase profética do que viria a acontecer nos anos do governo Dilma.

Segundo Boito:

O Governo Lula mantém o arrocho draconiano sobre o salário mínimo não apenas, e nem principalmente, para, como ele quer fazer crer, conter o “gasto” da Previdência. O arrocho do salário mínimo é fundamental para baratear o preço dos produtos exportados, aumentando a competitividade das exportações brasileiras, e é justamente por isso que os trabalhadores não têm nada a ganhar numa eventual aliança com a burguesia voltada para a exportação. (BOITO, 2005, p. 9)

Portanto, o plano da presidente Dilma de fazer uma política de desenvolvimento da indústria e com isso contar com uma elevação no número de postos de trabalho e uma renda média em bons patamares não seria efetiva em função dos interesses do setor industrial não estar em sintonia com os interesses da classe trabalhadora em grande medida. Em uma outra análise, anterior a todos os acontecimentos que se dariam no governo Dilma, Boito faz um apontamento da natureza do neoliberalismo que, de modo geral, é muito pertinente para a discussão e que demonstra que o comportamento da elite industrial não era algo imprevisível. Segundo ele:

Um elemento geral e permanente da política neoliberal que atende ao interesse do conjunto da burguesia e do imperialismo é a política de desregulamentação do mercado de trabalho, de redução de salários e de redução ou supressão de gastos e direitos sociais. Todas empresas capitalistas, pequenas ou grandes, industriais, comerciais ou agrícolas, nacionais ou estrangeiras, tiram proveito, em grau maior ou menor, de maneira direta ou indireta, dessa redução dos custos salariais e dos direitos sociais. (BOITO, 2006, p.272-273)

Eis, que então, começa-se a haver uma profunda tensão entre a classe dirigente industrial, que iniciava uma migração para o lado da classe dirigente rentista, e doutro, as centrais sindicais e o conjunto de trabalhadores organizados que segundo Singer:

Em retrospecto, junho, embora tenha sido bem mais que isso, converteu-se no começo da onda de classe média contra Dilma, que iria estourar nas ruas em março de 2015. Em resposta e com menor impacto, as centrais sindicais tentaram, em julho de 2013, também colocar na praça pautas especificamente trabalhistas. O fosso entre os industriais e trabalhadores se aprofundava. (SINGER, 2015, p. 56)

Com isso, a classe rentista, industrial, o agronegócio, sem contar a classe média, passaram a se unir contra o projeto desenvolvimentista de Dilma, propondo de modo cada vez mais veemente a implementação de metas de inflação, cortes nos gastos públicos, superávit primário, dentre outras medidas neoliberais. Assim, Dilma começou a perder espaço e iniciou-se um recuo em seu projeto desenvolvimentista,

não apelando nem mesmo para a base histórica do PT: o povo. Dessa forma a presidente Dilma teve que ceder e trocar o comando do Ministério da Fazenda, pondo no lugar de Guido Mantega um nome que era mais palatável ao mercado e que assim pudesse acalmá-lo, o banqueiro Joaquim Levy.

Sobre essa falta de apelo a sua base, Boito relata a situação difícil e contraditória em que estava esse importante aliado:

Diante da ofensiva política restauradora das forças que integram o campo neoliberal ortodoxo, o governo Dilma Rousseff optou por uma política de recuo e não de resistência. Aplica o ajuste fiscal que é parte importante do programa da oposição burguesa neoliberal e não toma a iniciativa de mobilizar os setores populares sequer para defender o seu próprio mandato. Nessa situação, o campo socialista e popular tem, em primeiro lugar, de travar uma luta defensiva. Essa luta comporta dois objetivos cuja relação é complexa e pode se tornar contraditória. É preciso, de um lado, resistir à política de ajuste fiscal do governo e, de outro, defender a democracia e, portanto, o mandato que o governo conquistou nas urnas. Se, temendo favorecer a reação, decidir manter-se neutro diante do ajuste, estará abrindo mão da defesa de interesses elementares das classes populares; se, alegando o recuo conservador do governo Dilma, se propuser a lutar, aqui e agora, pela constituição de um poder popular, produzirá como único resultado prático, dada a atual correlação de forças, o avanço da reação. (BOITO, 2018, p. 221)

Temos então uma classe que tenta manter bandeiras de cunho popular, defendendo o governo. Porém, o executivo federal vinha tomando medidas impopulares e essa manobra retórica de apoiar um governo que ataca seus interesses era algo insustentável.

A elevação das taxas de juros pelo governo foi uma clara demonstração de recuo diante do setor financeiro. A presidente Dilma tentou, nessa política, recompor a base criada pelos mandatos de Lula. Bastos (2017, p. 30).

A unificação das elites ocorre também muito em função de outros fatores como a austeridade fiscal e salarial. Segundo Bastos (2017, p. 30-31) o senso comum criado em torno de programas como Bolsa Família, onde, no entendimento dessas frações burguesas, isso causa uma espécie de indolência do trabalhador que não procura se colocar no mercado de trabalho, foi um dos motivos de crítica ao programa.

Outro ponto criticado pelas classes dirigentes, além dos gastos sociais, residia na alta dos salários do trabalhador como sendo um dos fatores a diminuir o ritmo de investimento no setor produtivo e por parte do setor financista esses fatos implicavam na redução dos lucros. Porém o autor lembra que esse apego a essas ideias sem nenhuma evidência científica, não leva em consideração a importância dessa transferência de renda para a própria fração industrial e financeira:

Análises dos custos e margens de lucro mostram, porém, que a lucratividade industrial cresceu bastante até 2010, quando o crescimento salarial foi maior, tornando pouco crível a hipótese de esmagamento de lucros provocado por salários excessivos. Às vezes se esquece que a renda de assalariados se transforma em lucros dos capitalistas frequentemente antes do fim do mês, tanto mais quanto o aumento salarial alça novos contingentes sociais ao mercado de consumo de massas e ao mercado de crédito bancário. (BASTOS, 2017, p. 31)

Essas crenças de que seria necessária uma austeridade fiscal para diminuir os gastos em programas sociais e causar uma pressão para uma baixa dos salários legitimou a ideia de que um certo nível de desemprego era desejável para domar o mercado de trabalho. Bastos segue essa linha onde ele aponta que:

É, portanto, em um sentido preciso que a austeridade pode recuperar a “credibilidade” da política econômica perante empresários: não a credibilidade quanto à possibilidade de ganhar dinheiro com investimentos produtivos, mas a credibilidade do poder disciplinador da política econômica sobre os trabalhadores e sobre as expectativas dos beneficiários do gasto público. Com a austeridade, a política econômica restaura a “credibilidade” dos empresários de que os trabalhadores serão colocados “em seu devido lugar” com a ameaça crescente de desemprego; e que os beneficiários do gasto público reduzirão expectativas de novos benefícios em um cenário de sacrifício geral, deixando de pressionar para que novos gastos sejam financiados por novos impostos. (BASTOS, 2017, p. 33)

Os acontecimentos políticos que se desenrolaram a partir daí foram um afastamento das bases do governo, como a elite industrial e os trabalhadores organizados que não conseguiam mais sustentar as contradições do governo. Na campanha eleitoral de sua reeleição, como afirma Boito o governo Dilma parecia muito mais à esquerda do que qualquer outra candidatura petista anterior, inclusive atraiu agremiações como PSOL para sua campanha, porém logo após a reeleição a presidente tomou medidas que a oposição taxou de estelionato eleitoral:

A campanha eleitoral de Dilma Rousseff em outubro e novembro de 2014 foi centrada na defesa do crescimento econômico, da distribuição de renda e na crítica às políticas de ajuste fiscal. A candidata fez isso de modo sistemático, pedagógico e eloquente. Talvez tenha sido a campanha eleitoral mais à esquerda das candidaturas presidenciais do PT. Por isso, tal campanha logrou atrair forças e organizações de esquerda, como o Partido do Socialismo e Liberdade, o Psol, que tradicionalmente são críticos dos governos do PT. Ocorre que, assim que assumiu o governo, Dilma passou a implantar um ajuste fiscal pesado sem sequer se preocupar em apresentar justificativas a quem a tinha apoiado. Convidou para ocupar o Ministério da Fazenda um economista, Joaquim Levy, tradicionalmente vinculado ao setor financeiro, que implantou cortes de todo tipo, transformando uma conjuntura de crescimento baixo em recessão. O movimento sindical progressista passou a criticar o governo e afastou-se dele. (BOITO, 2018, p. 298)

Posto os fatos acima, vamos agora analisar as implicações sociais que levaram a queda da presidente. A próxima sessão guarda algumas relações com essa sessão. É a partir da próxima que vamos entender o desenrolar do processo de ‘impeachment’ da presidente, causado por diversos fatores.

## 6.2. O comportamento das frações de classe diante da crise política

Para entendermos os movimentos que foram desencadeados em suas mais variadas frações de classes, precisamos entender alguns elementos da sociedade e como eles estão, de certo modo, ligados a ortodoxia neoliberal e seus agentes. Para isso vamos entender como o neoliberalismo interfere nos diversos setores sociais, como que ele se mostra presente na vida desses grupos sociais e como ele ganha espaço no imaginário da população, mostrando que o receituário ortodoxo não é apenas uma doutrina econômica, mas também uma doutrina ideológica.

Para iniciarmos o debate, Harvey faz um apontamento de como o neoliberalismo ganha os corações e mentes da população de modo geral. Segundo o autor, uma das armas utilizadas por um grupo que pretende tornar-se hegemônico é o trabalho constante na criação de um senso comum. Ele justifica que esse senso é construído por um longo período de tempo. O autor também estabelece a distinção entre senso comum e bom senso. Para ele:

O senso comum é construído com base em práticas de longa data de socialização cultural que costumam fincar profundas raízes em tradições nacionais ou regionais. Não é o mesmo que bom senso, que pode ser construído a partir do engajamento crítico com as questões do momento. Assim sendo, o senso comum pode ser profundamente enganoso, escamoteando ou obscurecendo problemas reais sob preconceitos culturais. (HARVEY, 2008, p. 49)

Harvey complementa essa ideia apontando que elementos como valores culturais e tradicionais e temores, podem ser grandes fatores que mexam com o inconsciente coletivo:

Valores culturais e tradicionais (como a crença em Deus e no país ou concepções da posição das mulheres na sociedade) e temores (de comunistas, imigrantes, estrangeiros ou "outros" em geral) podem ser mobilizados para mascarar outras realidades. (HARVEY, 2008, p. 49)

Como exemplo, o autor cita o caso estadunidense onde a palavra "liberdade" foi um conceito amplamente difundido na história do país, e esse termo é "um botão que as elites podem pressionar para abrir a porta às massas a fim de justificar quase qualquer coisa" Harvey (2008, p. 49)

Ainda citando Harvey, ele demonstra como que seus apontamentos são aplicáveis ao neoliberalismo:

Como então se gerou suficiente consentimento popular para legitimar a virada neoliberal? Os canais por meio dos quais se fez isso foram diversificados.

Fortes influências ideológicas circularam nas corporações, nos meios de comunicação e nas numerosas instituições que constituem a sociedade civil, universidades, escolas. Igrejas e associações profissionais. A "longa marcha" das ideias neoliberais nessas instituições, que Hayek concebera já em 1947, a organização de bancos de ideias (apoiados e financiados por corporações), a cooptação de certos setores dos meios de comunicação e a conversão de muitos intelectuais a maneiras neoliberais de pensar - tudo isso criou um clima de opinião favorável ao neoliberalismo como o garante exclusivo da liberdade. Esses movimentos mais tarde se consolidaram com o domínio dos partidos políticos e em última análise o poder do Estado. (HARVEY, 2008, p.49-50)

Essa análise torna-se pertinente se considerarmos que o uso do senso comum por uma esmagadora fração da sociedade em retóricas como impactos econômicos e sociais negativos em relação à programas de transferência de renda, por exemplo, é feita sob a batuta dos setores hegemônicos da sociedade. E consideramos que esse entendimento de senso comum é plenamente aplicável ao Brasil e veremos isso mais claramente adiante.

Analisaremos, então como esse conjunto de ideias criaram raízes na sociedade brasileira. Para isso, temos que antes sabermos quais são as classes sociais existentes numa sociedade de democracia moderna como a nossa. Para esse fim vamos utilizar a definição de Boito:

Além da burguesia e da classe operária, nas modernas sociedades capitalistas, encontramos, com contingente maior ou menor dependendo da sociedade considerada, outras classes sociais: a pequena burguesia, a classe média e o campesinato, Ademais, essas classes estão segmentadas em camada ou frações: burguesia interna e burguesia associada; fração superior, intermediária e inferior da classe média e do campesinato; trabalhadores que não logram se integrar de modo estável à produção especificamente capitalista e que podemos denominar trabalhadores da massa marginal - segmento que cresceu muito sob o modelo capitalista neoliberal. (BOITO, 2018 p. 253-4)

Por acreditar na plausibilidade da definição para o contexto nacional, vamos fazer uso dessas elucidações do autor em questão para nortear nossos apontamentos. Porém, como iremos notar mais adiante, essas frações de classe citadas acima em diversos momentos divergem dentro do seu próprio grupo social, possuindo naturezas diferentes das demais frações de sua própria classe em determinados aspectos, logo tornaria muito extenso tratar de cada fração dentro de todas as classes sociais. Diante disso, vamos abordar apenas aquelas frações que acreditamos que foram de maior peso para a definição dos rumos da própria sociedade, da política e da economia nacional.

Importante então trabalharmos a natureza dessas classes. A começarmos pela classe média, vamos tentar destrinchar alguns elementos que nos farão compreender melhor esse grupo. Essa fração da classe média é tradicionalmente conhecida pela sua aversão ao contingente da população menos favorecida e ao ver o avanço das políticas sociais, além dos ganhos de postos de trabalho antes exclusivos a essa casta, causou um tremendo desconforto a essa fração social e considerando que ela não sentiu essa mesma mobilidade social e que pelo contrário, viu seu lugar de privilégio e exclusividade sendo alcançado por fragmentos da sociedade ao qual ela repudia, isso, mais adiante, seria um problema que a presidente Dilma iria enfrentar. Ademais, Segundo Marilena Chauí, determinado fragmento da classe média tem como uma de suas bases a defesa da ideologia dominante:

[...] Desejo de ordem e segurança também porque, em decorrência de sua fragmentação e de sua instabilidade, seu imaginário é povoado por um sonho e por um pesadelo: seu sonho é tornar-se parte da classe dominante; seu pesadelo, tornar-se proletária. Para que o sonho se realize e o pesadelo não se concretize, é preciso ordem e segurança. Isso torna a classe média ideologicamente conservadora e reacionária, e seu papel social e político é assegurar a hegemonia ideológica da classe dominante. (CHAUÍ. 2016, 18)

Chauí ainda aponta outras características que fazem a classe média pender para um dos lados, que é a sua ausência de referência social e econômica que sejam especificamente sua, de modo que ela possa ser moldada conforme determinada abordagem de um grupo com ideias solidamente definidos:

Por sua posição no sistema social, a classe média tende a ser fragmentada, raramente encontrando um interesse comum que a unifique [...] Fragmentada, perpassada pelo individualismo competitivo, desprovida de um referencial social e econômico sólido e claro, a classe média tende a suprir a experiência de um tempo descontínuo e efêmero com o imaginário da ordem e da segurança, que introduziria permanência temporal e espacial (CHAUÍ, 2016, 18. )

Ou seja, a classe média sempre tende a querer se preservar quando há alguma espécie de ameaça ao seu espaço político de privilégio, o que faria ela aceitar o discurso de uma ideologia dominante.

Boito, por sua vez, traz mais detalhes sobre o perfil dessa classe e suas ocupações dentro da sociedade:

Essa alta classe média é composta de trabalhadores com salários muito elevados, tanto para padrões brasileiros quanto internacionais, alocados no setor público e no setor privado, e também por profissionais liberais bem-sucedidos economicamente. Em termos profissionais, são administradores, economistas, engenheiros, médicos, advogados, professores universitários, arquitetos e outras profissões e ocupações assemelhadas. Só pertencem à alta classe média, porém, os trabalhadores bem-sucedidos economicamente

nessas profissões. Há muitos médicos, professores universitários, advogados e jornalistas que não encontram boa colocação no mercado de trabalho e pertencem, por isso, a estratos inferiores da classe média urbana. Também integram a alta classe média os funcionários que ocupam cargos em carreira de Estado, como juízes, promotores, procuradores, oficiais das Forças Armadas, policiais federais e outros. (BOITO, 2018, p. 232-3)

Importante também considerarmos que parcela dessa classe média não possui tanto poder como a parcela mais poderosa da alta classe média. De acordo com Boito:

[...] temos um vasto conjunto de pequenas e médias empresas, com poder econômico e influência política reduzidos, as quais não atuam como força social distinta, isto é, não estão dotadas de organização e programa político próprios na conjuntura atual. (BOITO, 2018, p. 274)

Considerando que boa parte da classe média alta é composta por juízes, desembargadores, policiais federais, promotores e tantos outros cargos dentro do aparato judiciário do poder público, nós vamos ter, a partir disso, uma fração de classe se apossando, de certa forma, do norteamento dessas instituições e consequentemente aplicando medidas que beneficiem primeiramente a sua classe e seus aliados políticos.

É a partir dessa dominação de determinadas instituições burocráticas do Estado que vamos ver o avanço da alta classe média na direção das camadas populares na tentativa de usá-las a favor do seu projeto de retorno a hegemonia do neoliberalismo, muito embora os financistas nunca tenham saído de sua posição hegemônica como já foi ilustrado ao longo desse trabalho. Não devemos nos esquecer que a grande imprensa também é uma instituição que é um dos braços do rentismo internacional e pela mesma elite internacionalizada e que tem um papel crucial na derrubada da presidente Dilma. Esse panorama geral vai ser de fundamental importância para entendermos como os fatos caminharam para deposição da presidente Dilma Rousseff.

Além da burguesia externa temos, também a elite interna. Ela é composta pelo setor produtivo nacional e pelo setor financeiro. O que elas guardam em comum, pelo menos em princípio, é a necessidade de proteção estatal. Boito afirma:

A grande burguesia interna é formada por grandes empresas sob o controle de capital nacional e está alocada em diferentes setores da economia - construção naval, construção pesada, agronegócio, indústria de transformação e, também, pelo capital bancário nacional. Este último é o setor da grande burguesia interna que mais se aproxima do capital internacional, mas ele apresenta como demanda específica e muito bem-sucedida a ação protetora do Estado para que os bancos nacionais mantenham o controle do mercado bancário. (BOITO, 2018, p. 228)

Voltando a classe média ascendente, a crença no modelo econômico neoliberal por parte da população menos favorecida, em que suas alterações no estado de bem

estar social vão alterar as condições sociais e econômicas do país e, conseqüentemente, dos trabalhadores, foi muito bem articulada por diversos veículos de imprensa e órgãos da sociedade civil, que vendiam as reformas - trabalhista, reforma da previdência entre outras tantas reformas como sendo a única saída para modernizar o Estado brasileiro e alavancar os ganhos de produtividade da indústria brasileira frente ao capital produtivo externo. Conforme Boito:

O impacto popular do neoliberalismo não significa que tenha se formado no Brasil um entusiasmo popular pelo mercado. Na verdade, há um grande mal-estar difuso com a situação econômica e social do país. Porém, o modelo econômico neoliberal não é identificado como a causa dos males que afligem a população trabalhadora. Parte dos trabalhadores não vê alternativa fora desse modelo, admite-o passivamente; outra parte acredita que a situação poderá melhorar se novas reformas neoliberais forem implantadas—uma nova rodada na reforma permanente da previdência para acabar com privilégios remanescentes, uma nova rodada de flexibilização da legislação trabalhista para ajudar na criação de empregos, etcetera. (BOITO, 2006, p 280)

É através de argumentos que atacam a população e não os problemas centrais, que são as contradições do sistema capitalista em si, que temos o fortalecimento das ideias neoliberais. Um grande exemplo que podemos citar é a crítica que se faz aos gastos do Estado com o funcionalismo público, em que é construída a ideia de que esse estrato da sociedade é o grande entrave para o crescimento do país. Essa é uma prática discursiva recorrente dos agentes neoliberais, retomando o debate do senso comum explanado anteriormente, que tem como pano de fundo articular um ajuste fiscal para obtenção de superávit primário e conseqüentemente um retorno de capital ao setor rentista. Porém, essa ideia que vem travestida de cortes no orçamento público com o funcionalismo para que tenhamos um investimento em outras áreas como educação, saúde e infraestrutura, por exemplo, mostra que “não há ganhos efetivos para as classes populares e a adesão ao neoliberalismo pode se apresentar, como adesão negativa, como ilusão ideológica ou como neutralização política.” (Boito, 2006, p. 281).

É importante ressaltar que os ataques disferidos contra o funcionalismo público não eram muito bem vistos por esse setor da sociedade, porém esse grupo que faz parte da alta classe média, muito embora eles não fossem contemplados em sua totalidade pelas ideias neoliberais, viam no neoliberalismo um modo de barrar o avanço da nova classe média, que, segundo suas análises, estava pondo em risco um espaço de privilégio que sempre foi seu. Boito (2018)

Uma das estratégias utilizadas para fazer com que os trabalhadores se fragmentem e entrem em rota de colisão, assim passando uma série de reformas

desmantelando a legislação trabalhista e previdenciária resguardadas na Constituição de 1988, um garante mínimo do estado de bem-estar social, se encontra na exploração de contradições reais entre diferentes setores da classe trabalhadora em que criticar determinados “privilégios” de uma classe seria um modo de conseguir opor os setores mais pauperizados da sociedade contra os grupos de trabalhadores organizados com maiores salários. Para Armando Boito essa forma de agir se iniciou durante o governo Collor:

O pioneiro desse discurso e dessa prática foi Fernando Collor de Melo. É isso que ele fazia quando apelava aos descamisados contra os marajás. Fernando Henrique Cardoso fazia a mesma coisa quando criticava os privilégios do funcionalismo público e implantava as políticas sociais compensatórias e focalizadas, o aspecto afirmativo dessa nova política. (BOITO, 2006, p. 288)

O governo Lula também se utilizou desse divisionismo para aprovar a reforma da previdência em 2003, quando também passou a atacar o funcionalismo público.

E aqui é importante fazermos um parênteses no que diz respeito a questão do populismo como uma forma de atingir as massas que foi muito bem abordada por Armando Boito Jr. em que ele vai estabelecer uma diferença entre o populismo atual, populismo esse que ele chama de regressivo e o populismo antigo. Esses dois populismos são distintos em relação ao “inimigo a ser combatido”.

Esse novo populismo, como todo populismo, é um apelo da liderança política, preferencialmente a partir do Estado, às massas politicamente desorganizadas. Essas, por seu turno, atendem ao apelo do governante porque depositam suas esperanças, não na organização e no programa político que não possuem, mas na ação protetora do Estado. Porém, se falamos em populismo de novo tipo é porque, diferentemente do velho populismo reformista do período pré-1964, esse populismo, que poderíamos denominar *regressivo*, aumenta as desigualdades sociais e reforça a dependência econômica do país.

Vargas, Goulart, Brizola e outros políticos populistas localizavam seus inimigos entre os *poderosos*, os *tubarões*, o *capital estrangeiro*, as *oligarquias* e os *Estados Unidos*, e procuravam, com isso, vencer as resistências do imperialismo e da antiga burguesia compradora a ele associada à política de industrialização do Brasil e de ampliação, ainda que modesta, dos direitos sociais dos trabalhadores. A peça trágica do discurso ideológico do populismo de velho tipo é a Carta Testamento de Getúlio Vargas, na qual se desenha um conflito mortal entre a ganância desmedida das *aves de rapina do imperialismo* e a atividade laboriosa do *povo brasileiro*, protegido pela figura tutelar do Presidente da República. Já o populismo regressivo dos governos neoliberais, sugere que pretende eliminar a corrupção, as vantagens e os altos rendimentos da cúpula da burocracia de Estado, de deputados e senadores, para, na realidade, designar como inimigo um setor das próprias classes trabalhadoras, o funcionalismo público, e, isso, com o único objetivo de fazer caixa para remunerar o capital financeiro nacional e internacional. É um populismo que não incomoda o imperialismo; ao contrário, é orientado e tutelado pelas agências do capital financeiro internacional. (BOITO, 2006, p 288-9)

Fica claro, através desse trecho, que os governos atuais se utilizam desse populismo regressivo para atender as demandas do mercado e não com o discurso populista anti-imperialista. Boito ainda afirma que a origem social de Lula da Silva faz com que as reformas ganhem mais força nos grupos populares e que elas tenham maior aceitação.

No que diz respeito ao populismo regressivo, o governo Lula apresenta, apenas, diferenças de grau. O Presidente da República, sendo de origem operária, tem podido exercitar com maior eficácia esse novo tipo de populismo, que tem como objetivo manter cativa a simpatia política difusa desse setor popular pauperizado e desorganizado. O governo parece, também, disposto a cortar mais fundo. (BOITO, 2006, p.289)

Feito esse importante parênteses, prossigamos. Como dissemos acima, esse ataque ao funcionalismo público era uma estratégia utilizada por governantes alinhados ao rentismo internacional para que não fossem apontadas as contradições que a própria burguesia financeira internacional e associada nutriu.

Criou-se, pois, a partir desse panorama, um cenário muito complexo: Temos um rentismo internacional que disfire ataques sob o Estado inchado e, conseqüentemente, contra o funcionalismo público. Esse funcionalismo, que boa parte pertence à classe média alta, embora atacada, apoia as ideias de austeridade fiscal, pois em última instância essa austeridade implica em menor transferência de renda para a população mais pauperizada em programas sociais do governo. Bastos aponta que programas como Prouni ou política de cotas, causou um aumento da massa trabalhadora com nível superior, causando rebaixamento dos salários:

É importante frisar que, em 2002, 468 mil alunos completaram as atividades de graduação, mas em dezembro de 2012 o número de formandos de ensino superior chegava a 1,05 milhão, ou seja, um aumento de 124% que era apoiado por programas de inclusão social como o Prouni, o Fies e a política de cotas (INEP, 2010, p. 32; 2015, p. 63). A reprodução social da classe média tradicional sofria uma tensão significativa no momento de ofensiva ideológica e política da direita a partir da segunda fase das jornadas de junho de 2013, principalmente em São Paulo. (BASTOS, 2017, p. 35)

Bastos complementa afirmando que a ascensão social dessa classe pauperizada também causou desconforto na classe média tradicional em função das camadas populares ocuparem espaços políticos que outrora eram de exclusividade desse grupo ligado à alta classe média. Segundo o autor:

Além da disputa crescente por um número menor de empregos bem remunerados, as camadas médias tradicionais experimentaram ao longo do tempo mais concorrência por rede de infraestrutura (como aeroportos, rodovias e avenidas) e serviços (como educação e saúde) que consideravam exclusivos, experimentando perda de *status* social e ameaça à pretensão de

distinção cultural (SICSÚ, 2014; CAVALCANTE, 2015). Também consideram que seus impostos pagam os benefícios sociais para os mais pobres e o presumido aparelhamento do Estado brasileiro por militantes socialistas e políticos corruptos, sem que o encarecimento do custo dos serviços privados seja compensado pela abundância de serviços públicos que, como dizia Fernando Haddad, não melhoravam como a vida da porta da casa para dentro. (BASTOS, 2017, p.35),

Outra característica que devemos considerar das classes sociais menos favorecidas é que elas foram determinantes na eleição e permanência do governo petista por mais de uma década. O PT criou um eleitorado cativo e fiel através dos seus programas de transferência de renda, cotas raciais e sociais, cargos públicos e universidades. Esses fatos se chocam inteiramente com os interesses da grande burguesia rentista internacional e associada. Conforme Boito:

Para cada um desses setores sociais, os governos do PT, sem deixar de priorizar os interesses da grande burguesia interna, ofereceram algo que permitiu a melhoria de suas condições de trabalho e de vida — grande expansão das vagas no ensino técnico e superior, cotas raciais e sociais para as universidades e para o serviço público, política de valorização do salário mínimo, programa de construção de moradia popular, financiamento e reserva de mercado para a pequena agricultura familiar, políticas de transferência de renda para os que se encontram em situação de pobreza extrema e outros. Os trabalhadores da massa marginal, que são os beneficiários dos dois grandes programas de transferência de renda — “Bolsa Família” e “Auxílio de Prestação Continuada” -, são o setor social que vota de modo mais massivo e constante nos candidatos presidenciais do PT. Na eleição de 2014, quando alguns setores sociais hesitaram ou se retiraram da frente neodesenvolvimentista, foram os trabalhadores da massa marginal que garantiram a vitória de Dilma Rousseff (BOITO, 2018, p. 232)

Porém, era necessário que esse mesmo estrato social, pelo qual a classe média alta não tinha o menor apreço, estivesse ao lado dela, já que esta lutava contra os governos petistas, e é aí que se inicia a importância da dominação do poder judiciário pela classe dirigente associada. O uso da palavra “ corrupção” foi proferida a exaustão em função dos escândalos ocorridos durante o governo do Partido dos Trabalhadores, e iniciativas como da operação lava jato foram de suma importância para fazer ruir o projeto desenvolvimentista do governo Dilma, afinal de contas, esse é um tema que gera uma indignação imensa na maior parte da população. Bastos demonstra que essa indignação que foi cultivada pelas altas classes médias não foi apenas um modo de fazer da população uma massa de manobra pois:

Seja como for, para entender a revolta social contra a corrupção e a política profissional é preciso entender que, para além das camadas médias, as camadas populares que são tocadas e mobilizadas pelo discurso contra a corrupção não são apenas uma massa de manobra de interesses que lhes são alheios. A ojeriza popular à corrupção não é irracional, pois a corrupção tende a aumentar a desigualdade e a injustiça de acesso aos recursos públicos que o capitalismo já produz por mecanismos legais. (BASTOS, 2017 p. 42)

Mas será que o argumento da corrupção foi o único utilizado pela alta classe média para atrair o grosso da sociedade? Se levarmos em consideração que a austeridade fiscal vem para reduzir custos em áreas sociais e redução dos salários que afetariam exclusivamente a população mais carente, os financistas precisariam de outros argumentos para atrair essa parcela da sociedade. Bastos aponta que a retórica neoliberal ganharia outros contornos:

O pacote não se limitava ao ajuste fiscal e acelerava o ajuste de preços relativos, particularmente da relação câmbio/salários, iniciado em 2011. Agora, ele não se concentrava na desvalorização cambial e sim também na redução dos salários reais e do nível de emprego, exatamente o ponto que poderia unificar a burguesia, mas afastar o eleitorado e a base social do governo. É claro que tal objetivo não podia ser expresso claramente, mas o argumento técnico é que o desemprego estava abaixo da taxa “natural” de desemprego: a pressão de demanda excessiva por trabalhadores, em relação à oferta, aumentava salários sem aumentar mais o emprego, aumentando custos, gerando inflação e reduzindo poupanças disponíveis para o investimento empresarial. (BASTOS, 2017, p.46-7)

Com as medidas de austeridade tomadas no segundo mandato do governo, e já mencionadas aqui anteriormente, esperava-se uma reação diferente da sua outra base de apoio, o setor produtivo. Porém, a reação às políticas de austeridade não foi tão bem aceita como o imaginado. Bastos explica:

No contexto e na forma como foi feito, o ajuste fiscal teve efeito oposto ao esperado também no que tange ao apoio empresarial. Os que acreditavam na sua viabilidade em uma recessão se frustravam com o *deficit* e exigiam ainda mais cortes. Os que pediam cortes talvez não soubessem que eles contribuíam para a queda de sua própria renda, e seu descontentamento com o governo também aumentava à medida que a renda caía. Assim, o segundo governo Dilma Rousseff incorreu no custo político de executar a agenda empresarial e conservadora sem, com isso, porém, recriar o amplo apoio empresarial gozado no início do primeiro mandato. Ao contrário, o resultado da virada de política econômica foi aprofundar a perda de lucratividade e o descontentamento empresarial, e também detonar uma grande perda de popularidade inclusive em sua base de apoio tradicional. (BASTOS, 2017, p. 49)

E aqui cabe uma análise de Boito que aponta algo importante do comportamento das frações de classes e como seria o seu comportamento diante a crise que viria.

A linha divisória entre, de um lado, as classes e frações de classe alinhadas no campo neodesenvolvimentista e, de outro, as classes e frações alinhadas no campo neoliberal ortodoxo, que nunca foi uma linha reta e rígida, tornou-se, com a crise, sinuosa e maleável, e essa mudança se deu de modo a aumentar a força do campo neoliberal ortodoxo. (BOITO, 2018, p. 212)

Abramos espaço agora para o desenrolar do assunto iniciado que diz respeito a dominação das instituições por grupos sociais específicos. Conforme foi dito no capítulo 3 desse trabalho, nós tínhamos a forte presença na esfera executiva do

capital financeiro, porém, em função das políticas neodesenvolvimentistas adotadas pelos governos do PT, tínhamos, também, a presença marcante do capitalista industrial, e isso certamente geraria atrito e conflitos de interesse de classe. Boito dá melhores detalhes dessa arena de conflito:

Não estamos afirmando que a cúpula da burocracia do Estado e a cúpula dos governos ajam em uníssono na defesa dos interesses do grande capital financeiro. São o Ministério da Fazenda e o Banco Central que se constituem nos locais privilegiados nesse esquema de concentração do poder em benefício da fração hegemônica. Eles são, por isso, os principais centros de poder na definição da política econômica - o Ministério da Fazenda é responsável pelo controle das variáveis macroeconômicas e determina a dotação orçamentária de todos os outros ministérios. Porém, em outros setores da cúpula burocrática e em outros centros de decisão do governo, tanto no período FHC quanto, mais ainda, no período Lula, o grande capital industrial e o agronegócio também detêm posições importantes à partir das quais procuram resistir às medidas de política econômica adversas a seus interesses. (BOITO, 2018, p.46)

Boito mostra que a diferença entre essas frações das classes dirigentes fica mais nítidas quando comparamos o governo Lula com o governo FHC.

Durante os dois mandatos de Lula, esses atritos têm-se renovado: o antigo conflito entre José Dirceu (Casa Civil) e Antonio Palocci (Fazenda), entre Carlos Lessa (BNDES) e Henrique Meirelles (Banco Central), entre Dilma Rousseff (Casa Civil) e, novamente, Henrique Meirelles etc. No período FHC, a proeminência de quadros políticos neoliberais extremados - Pedro Malan, Gustavo Franco, Armínio Fraga — sobre os neoliberais moderados - José Serra, Dorothea Werneck e outros — era mais clara. Sob o governo Lula, a dinâmica desses conflitos no interior do governo é um dos indicadores do crescente fortalecimento da grande burguesia industrial interna e do agronegócio. (BOITO, 2018, p.46)

Durante o governo Dilma, com sua política de desenvolvimento industrial, essa diferença se esgarçou ainda mais e, por conta disso, o capital financeiro não viu outra alternativa a não ser lançar mão de seus trunfos para manter sua posição na cúpula do poder: o judiciário e a grande mídia.

Porém, Boito alerta que mesmo com essa predominância de um grupo sob um poder institucional, não há uma divisão desses poderes, “um esgarçamento do Estado”, o que ocorre são frações das elites que são rivais lutando por seu espaço no centro do poder político. O autor ainda ressalta, que mesmo quando há uma participação um pouco mais efetiva de alguns setores da sociedade que não seja da classe dominante, as decisões que são tomadas dentro dessas instituições são periféricas no âmbito da burocracia política e nos rumos econômicos e sociais do país.

Tendo esse domínio das instituições jurídicas, um dos anseios da classe média era de fato derrubar o governo Dilma, e a Lava-jato pode sim ter sido o grande trunfo político para derrubada do governo Dilma. Digo que pode porque para Bastos:

É difícil saber se o ajuste fiscal foi mais importante que a Operação Lava-Jato para enfraquecer governo, mesmo porque suas operações e vazamentos eram calculadas para reforçar sua oposição política e social. No plano econômico, a resistência da Lava-Jato a acordos de leniência contribuiu com a queda do preço do petróleo para a crise na cadeia de petróleo e gás, associada à decisão intempestiva da direção da Petrobras de interromper encomendas de empresas denunciadas. (BASTOS, 2017 p. 44)

Se a Lava-jato não conseguiu efetivamente derrubar o governo Dilma, fazendo uso seletivo de investigações, investigando principalmente políticos petistas ou ligados ao partido, essa era a intenção, pois “A Lava Jato funciona como uma espécie de partido da alta classe média. Aliou-se, em consonância com a posição da massa da classe média abastada, ao imperialismo e à fração da burguesia brasileira a ele integrada” (Boito, 2018, p.44)

Boito segue dissecando esse perfil da classe média alta e demonstra o domínio dessa fração burguesa que usufruem de benesses do governo muito maiores do que os valores dirigidos aos programas de transferência de renda a população mais carente:

Os agentes de Estado envolvidos na Operação Lava Jato são responsáveis pela tarefa de manutenção da ordem capitalista, o que cria neles disposição autoritária e elitista. Esses mesmos agentes fazem parte da camada mais bem remunerada do serviço público. Juízes e procuradores têm um salário inicial que pode variar entre 29 e 38 salários mínimos (...) formam uma verdadeira casta incrustada no Estado. Os delegados da Polícia Federal não gozam de todas essas vantagens, mas também ocupam posição muito privilegiada no serviço público. Todos - juízes, procuradores, delegados - são integrantes da alta classe média. Seja como burocratas, seja como integrantes da fração superior da classe média, esses agentes têm interesse em encerrar o ciclo de governos do PT. (BOITO, 2018, p. 255-6)

O autor ainda afirma que esses ganhos salariais auferidos por essa casta da sociedade incrustada dentro do aparelho estatal é algo que revolta a grande massa tanto quanto a corrupção da Petrobrás, por exemplo. Porém, esse ganho está dentro dos limites legais estabelecidos constitucionalmente. A grande questão é que torna-se, embora seja dentro dos limites da legalidade, algo igualmente escuso já que “É legal, mas evidencia que a separação entre patrimônio público e propriedade privada, própria do Estado capitalista, é uma separação relativa e revolta tanto quanto a corrupção.” (BOITO, 2018, p. 261). Ou seja, podemos dizer que esses ganhos são legais porque quem detém o controle do que é legal ou não é justamente a fração da sociedade que é beneficiada por esses ganhos.

Agora tentemos entender quais os motivos que levaram a crise do governo e a derrocada das políticas neodesenvolvimentistas. Como já dito anteriormente, a adoção de políticas de contenção de gastos fez o governo perder sua base histórica,

os trabalhadores organizados que tentaram manter o discurso de defesa da democracia, até o momento que o revés neoliberal foi mais forte. Além disso o grosso da população não compreendeu esse discurso e quando viu o desemprego aumentando e a economia estagnando não hesitou em fazer pesadas críticas ao governo.

É importante salientar também a campanha chefiada por Aécio Neves contra a presidente Dilma após não admitir sua derrota no pleito de 2014. Aliado a outros importantes quadros desse momento, como o então presidente da câmara Eduardo Cunha, foram peças fundamentais no ponta pé inicial que desenrolou em todo o processo posterior do impeachment. Bastos (2017, p.47) aponta que o governo Dilma subestimou a capacidade golpista e bem articulada dos tucanos.

Ademais, segundo Bastos (2017) o governo tentou criar uma conciliação de classes como foi feita por Lula da Silva em 2003, porém o autor lembra que “O ano de 2015 não era 2003”, a conjuntura política e econômica já era muito diferente. Não vivíamos mais na escalada dos preços das commodities, as classes dirigentes, ainda sob reflexo do governo FHC passou a aceitar, em 2003, situações que não mais aceitara em 2015, o conflito de classes que no primeiro mandato de Lula da Silva não era declaradamente assumida pela classe média alta em relação a classe trabalhadora, passou a ficar mais evidente no ano de 2015. O governo contava também como uma reviravolta da economia para afastar a hostilidade da direita em relação ao governo, porém a retomada não veio (Bastos, 2017).

Bastos (2017, p.45) ainda levanta uma hipótese de que o governo tentou trazer os financistas para o governo para que não houvesse uma unificação das elites, pois “Um governo de esquerda reformista não pode governar o capitalismo contra uma unificação da burguesia, ou seja, sem dividi-la, e tende a cair caso a unificação ocorra e ele não esteja fortemente enraizado socialmente”. Porém, a crise que se agravaria de fato em 2015 foi um fator determinante para a união desses dois grupos burgueses “ao mesmo tempo em que solapavam as bases sociais do governo, deixando-o solto no ar”.

A atuação da Lava-jato e sua seletividade relacionadas a políticos petistas, além da atuação da mídia, instituições próprias da alta classe média, foram fundamentais na construção do processo de ‘impeachment’ da presidente Dilma. Boito (2018, p.211) afirma também que a crise política não foi provocada, ao contrário do que alguns veículos de imprensa apontam, pela população nem pela classe operária,

“Embora essa luta seja um componente importante da crise política, ela está longe de ser o seu componente principal”.

Outra afirmação que o autor faz é que o grupo que formou a frente neodesenvolvimentista também atraiu pra si um grupo de proletários da baixa classe média por conta da contemplação de alguns anseios da classe operária. Afirma que:

A aplicação da plataforma neodesenvolvimentista contempla prioritariamente os interesses da grande burguesia interna, enquanto a aplicação das propostas neoliberais contempla as demandas do capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele integrada. Cada uma dessas grandes frações burguesas arregimentou aliados nas classes dominadas. A política neodesenvolvimentista da grande burguesia interna contempla, de maneira periférica, algumas reivindicações de segmentos do operariado, da baixa classe média, de trabalhadores rurais da agricultura familiar e de trabalhadores da massa marginal, segmentos com os quais formou uma frente política policlassista, ampla, heterogênea e contraditória que denomino frente neodesenvolvimentista. (BOITO, 2018, p.211-2)

Essa massa marginal também não notava sua importância no processo político de eleição dos governos do PT e se mantiveram imóveis diante de todos os acontecimentos, até por conta de seu baixo poder de organização e manifestação. Os sindicatos, que são o grande instrumento de reivindicação das camadas populares, por conta da sua relação de subserviência ao Estado, e notando a grande possibilidade da queda da presidente, não quis se comprometer com a futura gestão, se calando diante dos acontecimentos com o Partido dos Trabalhadores. Boito detalha o cenário pré-golpe assim:

No momento do golpe, vimos de tudo. Centrais sindicais de pelegos apoiando o golpe parlamentar, direções de centrais sindicais progressistas temerosas de sofrer ingerências do Estado caso mobilizassem politicamente suas bases contra o golpe e sindicalistas progressistas que se surpreenderam com a reação negativa das bases quando solicitadas a se mobilizar. resultado geral foi desastroso para a esquerda. A cúpula das três centrais sindicais progressistas — a CUT, a CTB e a Intersindical - mobilizou-se contra o golpe parlamentar. Forneceu recursos financeiros, apoio logístico e meios de comunicação para a resistência. Porém, os sindicatos de base ficaram imóveis, não compareceram nem mobilizaram os trabalhadores. (BOITO, 2018, p. 300)

Toda essa conjuntura analisada acima foi de fato determinante para a queda da presidente Dilma. A união de frações de classes em momento oportuno, quando no momento de crise falou mais alto, o que os une do que os separa, a falta de articulação e percepção do governo para tentar reverter o quadro, o abandono de sua base histórica na crença de que os agentes econômicos os manteria no poder entre

outras questões foram essenciais para que a era petista tivesse seu fim decretado no ano de 2016.

## 7. Considerações finais

Esse trabalho tentou ilustrar algumas situações da relação entre o Estado nacional e as classes dirigentes, tanto interna como internacional. Entender as variadas formas de enlace entre a burocracia estatal e a elite financeira, e assim explicitar e problematizar as múltiplas intersecções entre essas classes sociais e os poderes constituídos.

Em muitos dos casos citados ao longo desse trabalho o Estado foi apenas um meio para poder legitimar e reforçar o poder das elites nacionais e globais, e mostrar que o restante das frações da sociedade, fora dessas classes, ficaram relegadas ao segundo plano, em que o interesse de determinadas classes era mais poderoso frente aos interesses das demais frações sociais.

Ademais, tentamos esclarecer que o senso comum, de percepção popular, que aponta o governo petista como sendo um governo de orientação socialista não se sustenta baseado nos fatos expostos nesse trabalho. Tivemos sim, um governo que teve um viés de atender as demandas populares muito maior do que governos anteriores, mas que de modo algum podemos colocar a pecha de socialista nem de social democracia. Para tanto foi importante fazermos a contextualização histórica do Partido dos Trabalhadores. A partir disso conseguimos perceber que a ascensão desse partido ao poder teve total ligação com a própria alteração de filosofia do partido, mostrando uma total perda de raiz de sua ideia original surgida nos anos 1980 para que se tornasse viável uma candidatura vitoriosa.

Tentamos explorar também o comportamento das variadas frações de classe diante da crise do governo Dilma e de como essas peças se movimentaram diante da grave crise que ocorreu, principalmente durante o segundo mandato da presidente Dilma. Mostramos que essa crise também teve início não só por fatores do próprio governo, mas também alheio a ele, onde a mudança de política mexeu com os interesses do grande capital.

Portanto, esses acontecimentos de algum modo esclareceram que, de fato, a influência desses grupos na política do país é muito intensa e que dificilmente o Estado tomará algum tipo de decisão sem implicância dessas frações de classe que com todo seu poderio tanto financeiro como político foram capazes de organizar um golpe, como ocorreu no governo petista, mobilizando ao seu favor, diversos setores da sociedade.

## 8. Referências bibliográficas

BASTOS, Pedro. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 1-63, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/198055272129>. Acesso em: 27 jul. 2020.

BOITO, Armando. O governo Lula e a reforma do neoliberalismo. **Revista Adusp**, São Paulo, ano 2005, ed. 34, p. 6-11, maio 2005.

BOITO, Armando. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. *In*: SUJETOS sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. cap. 8, p. 271-296. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101020015225/9PIICdos.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

BOITO, Armando. **Reforma e crise política no Brasil**. Editora unesp, São Paulo, ano 2018,

BRESSER- PEREIRA. O governo Dilma frente ao “tripé macroeconômico” e à direita liberal e dependente. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 31, n. 1, ed. 92, p. 5-14, março 2012.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, São Paulo 2004.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo - História e implicações**. Rio de Janeiro: Editora Loyola, 2008.

JINKINGS, Ivana (org.). Marilena Chauí **Por que gritamos golpe?**: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MACHADO, Eliel. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. **Lutas sociais**, São Paulo, , ed. 21/22, p. 23-34, 2009.

MELO, Marcelo. **Brasil Neoliberal**: Dos anos Lula ao golpe de 2016. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

OLIVEIRA, A. U. de. (29 de dezembro de 2008). **Lula dá adeus à Reforma Agrária**. Acesso em: 27 de julho de 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2008/12/29/lula-da-adeus-a-reforma-agraria/>

PAULANI, L. **A Hegemonia Neoliberal**. In: Conferência: O Desenvolvimento Econômico Brasileiro e a Caixa, 2010, p. 35-42.

\_\_\_\_\_. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, ano 2013, v. 27, ed. 27, p. 237-264, 2013.

SANTOS, Theotonio dos. **O neoliberalismo como doutrina econômica**. Econômica, Vol. I, nº 1, junho de 1999.

SINGER, A. **Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)**. Novos Estudos Cebrap, n. 102, jul. 2015.